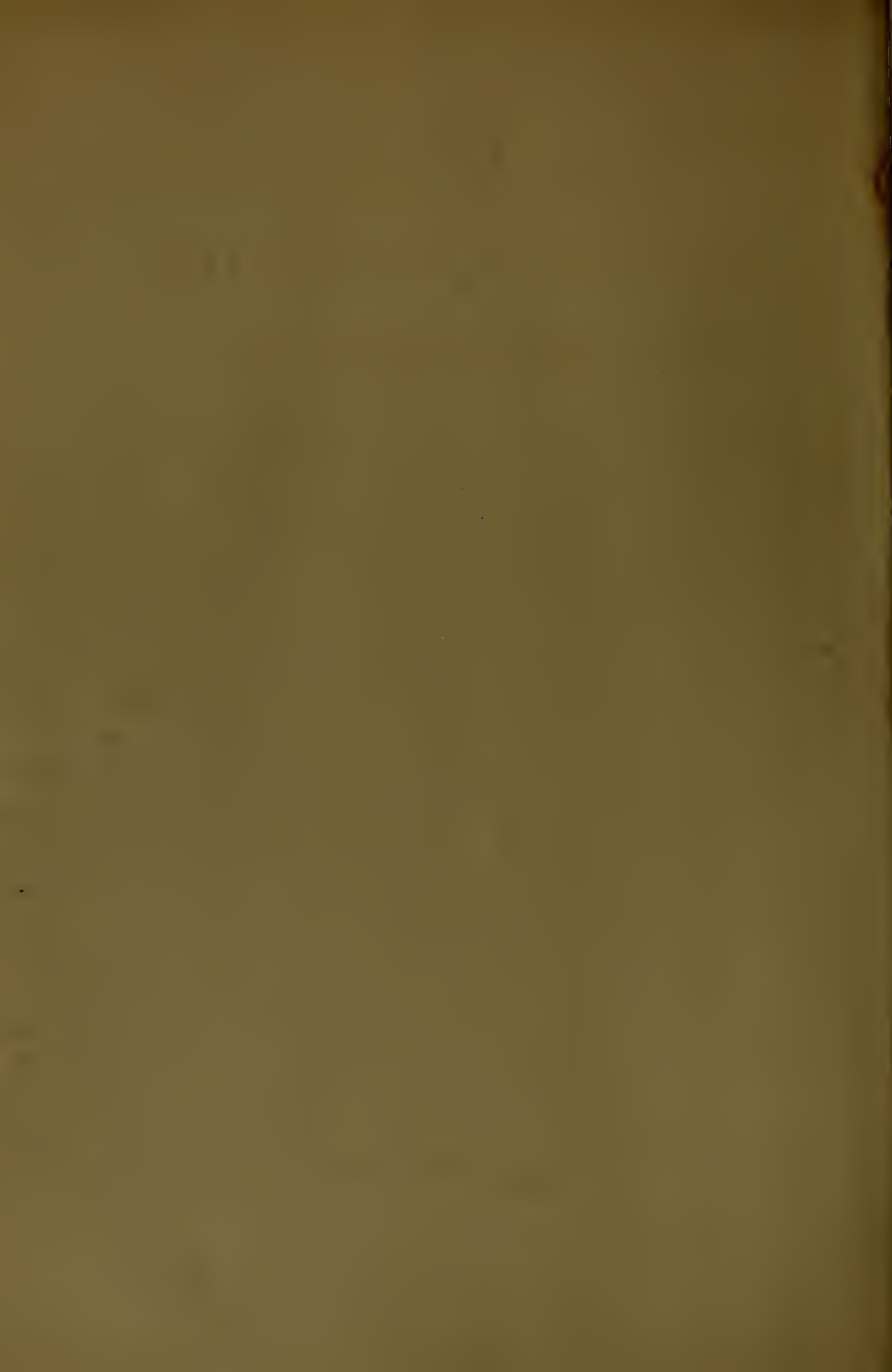
ALMANAQUE HISTÓRICO
DA
CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO
DO
RIO DE JANEIRO 1799

*

SEPARATA DA REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO
VOLUME 267 — ABRIL-JUNHO DE 1965 — PÁGINAS 93 A 214

*

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
1966

10,00

ALMANAQUE HISTÓRICO DA CIDADE DE S. SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO (*)

ANTÔNIO DUARTE NUNES
Tenente de Bombeiros do Regimento de Artilharia desta praça — Ano de 1799

Por proposta da Comissão do 4º Centenário da Cidade, do Instituto Histórico, resolveu a direção da Revista *divulgar uma série de antigos almanaques, de utilidade óbvia para os pesquisadores.*

Já no nosso número anterior demos à estampa os almanaques dos anos de 1792 *e* 1794, *de autoria de Antônio Duarte Nunes existentes em ms, na Biblioteca Nacional, em cujos* Anais *sairam publicados no vol.* 59, (1937). *M. da Educação,* 1940. *As fotocópias nos foram gentilmente cedidas por aquela repartição.*

Publicamos hoje o Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1799 *de autoria de Antônio Duarte Nunes, e que foi divulgado por esta mesma* Revista *em seu Tomo XXI* (1858).

C. D. R.

TOMO XXI — 1º TRIMESTRE DE 1858

Dias do Ano que por ordem são de gala nesta Cidade do Rio de Janeiro

JANEIRO

1	Dia de Ano Bom	G
6	Dia de Reis	G
20	Dia de S. Sebastião	G

(*) Oferecido ao Instituto Histórico pelo Senhor José Pedro Werneck Ribeiro de Aguilar.

MARÇO

21	Dia do nascimento do Sereníssimo Sr. D. Antônio, Príncipe da Beira	G
	Quinta-feira maior	G
25	Primeira Oitava da Páscoa	B

ABRIL

25	Dia do nascimento da Sereníssima Sra. D. Carlota Joaquina, Princesa do Brasil	B
29	Dia do nascimento da Sereníssima Sra. D. Maria Teresa Princesa da Beira	G

MAIO

13	Dia do nascimento do Sr. D. João, Príncipe do Brasil	B
19	Dia do nascimento da Sereníssima Sra. D. Maria Isabel, Infanta	G
	Dia de Corpo de Deus............................	G

JUNHO

13	Dia de Santo Antônio	G
18	Dia do nascimento do Sereníssimo Sr. D. Pedro Carlos, Infante d'Espanha	G
24	Dia de S. João Batista	G
29	Dia de S. Pedro	G

JULHO

25	Dia do nascimento da Sereníssima Sra. D. Maria Benedita, Princesa do Brasil, viúva	G

OUTUBRO

7	Dia do nascimento da Sereníssima Sra. D. Mariana, Infanta	G
12	Dia do Sereníssimo Sr. D. Pedro Carlos, Infante	G

DEZEMBRO

8	Dia de N. Senhora da Conceição, Padroeira do Reino	G
17	Dia do nascimento da Rainha N. Senhora	B
25	Dia do nascimento de Nosso Senhor J. Cristo	G

26 Primeira Oitava do Natal .... B
31 Dia de S. Silvestre .... G

DIA DAS AUDIÊNCIAS

O Ilmo. e Exmo. Sr. Vice-Rei, quartas e sábados, de manhã e à noite.

Relação, têrças e sábados, de manhã.

Junta da Fazenda, de manhã, no Erário.

Ouvidor do Crime, segundas e sextas, de tarde, na Relação.

Ouvidor do Cível, têrças e quintas, de tarde, na dita.

Juiz da Coroa, quartas e sábados, na dita.

Ouvidor da Comarca, segundas e quintas de manhã, na Casa da Câmara.

Juiz de Fora, têrças e sextas, de manhã, na dita.

Intendente da Marinha, quartas e sábados de manhã, nos Contos.

Juiz dos Órfãos, quartas e sábados, de manhã, na sua casa.

Juiz da Alfândega, quartas e sábados, de manhã, na Alfândega.

Intendente do Ouro, e mesa da Inspeção, quartas e sábados de manhã, em sua casa.

Provedor dos ausentes, Capelas e Resíduos, têrças e sextas, de manhã, na Casa da Câmara.

Senado da Câmara, quartas e sábados, de manhã, na Casa da Câmara.

Provedor da Moeda, todos os dias, de manhã e de tarde, na Casa da Moeda.

Almotacéis, quartas e sábados, de manhã, na Casa da Câmara.

ECLESIASTICAS

O Exmo. Revmo. Sr. Bispo, quartas e sábados, de manhã, em seu Palácio.

O Provisor e Vigário Geral do Bispado, têrças e sextas, de tarde, na sua casa.

Pessoas que ocupam os empregos e ofícios de maior consideração e dependência nas várias repartições da administração pública desta cidade

Vice-Rei do Estado do Brasil, o Ilmo. e Exmo. Sr. D. José de Castro, conde de Resende. No seu palácio.

AJUDANTE DAS ORDENS DE S. EXA.

O Ilmo. e Exmo. Sr. D. Luís Benedito de Castro, conde de Resende. Em palácio.

O Brigadeiro de cavalaria Gaspar José de Matos e Lucena, Rua da Ajuda.

O Ilmo. Sr. D. Manuel Benedito de Castro, Capitão.

OFICIAIS EMPREGADOS NA EXECUÇÃO DAS ORDENS DA SALA

O capitão Francisco Manuel da Silva Melo, Rua da Misericórdia.

O segundo-tenente José Lopes da Costa. Junto ao Carmo.

OFICIAIS EMPREGADOS NA SECRETARIA PARTICULAR DE S. EXA.

O tenente-coronel José de Oliveira Barbosa. Rua Direita.

O tenente-coronel José Constantino Lôbo Botelho. Rua do Piolho.

SECRETARIA DE ESTADO

Secretário, o coronel de milícias, Sebastião da Cunha Azevedo. A Misericórdia.

Oficial maior, José Pereira Leão. Praia de D. Manuel.

Escriturários, João Batista Alvarenga. Rua do Ouvidor;
Manuel José de Azevedo. Rua de Mata Cavalos.
Domingos José Rosa. A Carioca.

CORPO MILITAR

ESQUADRÃO DA GUARDA DE S. EXA.

Sargento-mor Comandante José Botelho de Lacerda. Rua do Ouvidor.

1ª COMPANHIA

Capitão, o Ilmo. Sr. D. José Benedito de Castro. Palácio.

Tenente, João Fernando da Silva. Rua do Cotovelo.

Alferes.

2ª COMPANHIA

Capitão.

Tenente, Custódio da Silva Leite. Rua da Misericórdia.

Alferes, José Fernandes de Moura. Rua dos Ourives.

Cirurgião-mor, André da Costa. Rua dos Pescadores.

Capelão, o Reverendo Manoel da Silva Campelo. Defronte de S. José.

Picador, Luiz Antônio. Lampadosa.

Ferradores, Antônio Marques. Ao quartel.

Francisco Pereira Correia. O mesmo.

OFICIAIS AGREGADOS À PLANA DA CÔRTE

O Brigadeiro Vicente José de Velasco Molina. Com diligência em Buenos Aires.

O Capitão Manuel Rodrigues Silvano. Com diligência na real fazenda de Santa Cruz.

REGIMENTOS DE LINHA POR SUAS ANTIGUIDADES NA ORDEM DE SERVIÇO

1º REGIMENTO DO RIO

Coronel, o tenente-general Sebastião Xavier da Veiga Cabral, da Câmara. Governador do Rio Grande.

Tenente-Coronel, João de Barros Pereira do Lago Soares de Figueiredo Sarmento. Santa Rita.

Sargento-mor, José Joaquim de Lima e Silva, Rua do Aquartelamento.

1ª COMPANHIA DE GRANADEIROS

Capitão, Antônio Caetano de Castro.

Tenente, Francisco da Costa Viana.
Alferes, João Manuel da Fonseca Silva.

2ª COMPANHIA

Capitão, Francisco Xavier Inácio.
Tenente, João Manuel de Melo.
Alferes, José Pedro da Silva.

COMPANHIA DO CORONEL, 1ª DE FUZILEIROS

Tenente, João Manuel dos Santos.
Alferes, Joaquim Antonio de Sousa.

2ª DO TENENTE-CORONEL

Tenente, Francisco de Melo da Gama.
Alferes, Antônio Luiz Pereira.

3ª DO MAJOR

Tenente, José Francisco da Costa Padrão.
Alferes, Francisco de Lima da Silva.
Capitão,
Tenente, Joaquim da Silva de Carvalho.
Alferes, Amador de Lemos.

5ª

Capitão, o Ilmo. Sr. D. Manuel Benedito de Castro.
Tenente, José Antônio da Silva Guimarães.
Alferes, Luiz Gomes Anjos.

6ª

Capitão, Francisco Xavier do Rego.
Tenente, Francisco Antônio da Silva.
Alferes, Domingos Esteves dos Reis.

7ª

Capitão, Albino dos Santos Pereira.
Tenente, José Pedro de Magalhães.
Alferes, Manuel de Sousa Pires.

8ª

Capitão, Luiz Carlos da Costa.
Tenente, João Antônio Vilas Boas.
Alferes, Francisco José Lisboa.

PEQUENO ESTADO MAIOR

Ajudante, Manuel Antônio da Fonseca Costa.
Quartel-mestre, Paulo Rodrigues Monção.
Capelão, o Reverendo Anacleto Pinto Gomes.
Cirurgião-mor, Antônio Januário Passos.
Ajudantes do dito, Antônio José de Araújo.
Felizardo José de Araújo.
Pedro dos Santos Ventura.
Tambor-mor, João Crisóstomo de Almeida.

OFICIAIS AGREGADOS A ÊSTE REGIMENTO

O Tenente-Coronel, Joaquim Xavier Curado.
Sargento-mor, o Exmo. Sr. D. Luís Benedito de Castro.
Capitão, D. José Pedro da Câmara.
Capitão, Simão Lopes Velado de Larre.
Quartel-mestre, Tomé Bernardo da Veiga.

2º REGIMENTO DO RIO

Coronel, Antônio Joaquim de Velasco e Molina.
Tenente-Coronel, José Tomás Brum.
Sargento-mor, João Pedro Duarte.

1ª COMPANHIA DE GRANADEIROS

Capitão, Sebastião José do Amaral.
Tenente, José Álvaro Marques.
Alferes, Antônio de Amorim Lima.

2ª COMPANHIA DE GRANADEIROS

Capitão, Cláudio José da Silva.
Tenente, Teodoro Lázaro de Sá.
Alferes, Silvestre Manuel de Vargas.

COMPANHIA DO CORONEL, 1ª DE FUZILEIROS

Tenente, José Leite Teles.
Alferes, Francisco de Paula Freire.

2ª DO TENENTE-CORONEL

Tenente, Félix Teixeira da Silva.
Alferes, Inácio José Gomes.

3ª DO MAJOR

Tenente, Marcelo Máximo Teles.
Alferes, José da Cunha Maciel.

4ª

Capitão, Miguel da Silva Ramos.
Tenente, Joaquim Guedes Quinhones.
Alferes, João Nunes Cordeiro.

5ª

Capitão, Antônio José Castrioto.
Tenente, José Miguel Correia de Castro.
Alferes, Bento de Araújo Freitas.

6ª

Capitão Antônio Lopes de Barros.
Tenente, Luís de Seixas Soto Maior.
Alferes, José Diogo de Oliveira.

7ª

Capitão, José Antônio de Mendonça.
Tenente, Félix de Seixas Soto Maior.
Alferes, Jerônimo Brás de Sampaio.

8ª

Capitão,
Tenente,
Alferes, Antônio Carlos Correia de Lemos.

PEQUENO ESTADO-MAIOR

Ajudante, Manuel dos Santos de Carvalho.
Quartel-mestre, o Capitão Francisco Rodrigues Correia.
Capelão, o Reverendo José Vieira Lima.
Cirurgião-mor, Luiz Caetano da Costa.
Ajudantes do dito, Manuel Joaquim.
    Joaquim Sardinha.
    Manuel Ricardo.
    João Manuel.
Tambor-mor, José Félix.

OFICIAIS AGREGADOS A ÊSTE REGIMENTO

O Tenente-Coronel, Manuel Alves do Couto Reis.
Ajudante, Reginaldo José da Costa.
O Tenente, Joaquim José Burich.
Dito, Antônio de Morais.

Dito, Caetano Leite Pereira de Melo.
O alferes, Simplício Alves Coutinho.
Dito, Francisco José Silvino.

REGIMENTO DE ARTILHARIA

Coronel, Antônio Joaquim de Oliveira.
Tenente-Coronel, José de Oliveira Barbosa.
Sargento-mor, Joaquim Gomes de Campos.

COMPANHIA DE BOMBEIROS

Capitão,
1º Tenente, Antônio Duarte Nunes.
2º Tenente, José Gomes da Fonseca.

COMPANHIA DE MINEIROS

Capitão, Manuel Francisco dos Santos.
1º Tenente, Bernardo Henriques de Miranda.
2º Tenente, José Custódio de Almeida Bessa.

COMPANHIA DE ARTÍFICES

Capitão, Lourenço Caetano da Silva.
1º Tenente, João Cosme Damião.
2º Tenente, Francisco de Paula Cardoso.

2ª DO TENENTE-CORONEL

1º Tenente, Joaquim do Vale Silva.
2º Tenente, Manuel Borges do Nascimento.

3ª DO MAJOR

1º Tenente, Elesbão José da Silva.
2º Tenente.

4ª

Capitão, José dos Reis e Oliveira.
1º Tenente, Francisco de Macedo.
2º Tenente, José Lopes da Costa.

5ª

Capitão, Antônio de Sousa Sepúlveda.
1º Tenente, João Pacheco Lourenço de Castro.
2º Tenente, Miguel de Oliveira.

6ª

Capitão, Anastácio Correia Vasques.
1º Tenente, Antônio José Pinto da Cunha.
2º Tenente, Miguel dos Santos Maia.

7ª

Capitão, Francisco Manuel da Silva e Melo.
1º Tenente, Francisco Rodrigues da Silva.
2º Tenente.

PEQUENO ESTADO-MAIOR

Ajudante, o Capitão João José Nunes Carneiro.
Quartel-mestre, Manuel Coelho Saldanha.
Capelão, o Reverendo Antônio Ferreira de Andrade.
Cirurgião-mor, Tomás Gomes de Gouvêa.
Ajudante do dito, Joaquim José da Costa.

Francisco Bonifácio da Fonseca.
João José da Silva Xarém.
Manuel Luís de Santa Ana.

Tambor-mor, Francisco Borges.

OFICIAIS AGREGADOS A ÊSTE REGIMENTO

O Tenente, Francisco de Oliveira Cunha.
O 2º Tenente, José Vieira Xavier Lopes.

3º REGIMENTO DO RIO

Coronel, Camilo Maria Tonnelet.
Tenente-Coronel, João Alberto de Miranda.
Sargento-mor, Vicente Ferreira Portugal de Vasconcelos.

1ª COMPANHIA DE GRANADEIROS

Capitão, Francisco da Gama Lôbo Coelho.
Tenente, João Bernardo Coimbra.
Alferes, Ildefonso Rodrigues do Prado.

2ª COMPANHIA DE GRANADEIROS

Capitão, Miguel José Barradas.
Tenente, Silvério Dias de Campos.
Alferes, José Rodrigues Janeiro.

COMPANHIA DO CORONEL, 1ª DE FUZILEIROS

Tenente,
Alferes, Filipe de S. Tiago Vieira.

2ª DO TENENTE-CORONEL

Tenente, Antônio José da Silva.
Alferes,

3ª DO MAJOR

Tenente, Francisco Pereira de Castro e Melo.
Alferes, Luís Manuel da Silva Pais.

4ª COMPANHIA

Capitão, Aureliano de Sousa e Oliveira.
Tenente, Jacinto de Melo.
Alferes, José Joaquim da Cunha Azeredo.

5ª COMPANHIA

Capitão, Antônio João Tôrres.
Tenente,
Alferes,

6ª COMPANHIA

Capitão, Silvestre Correia de Mesquita.
Tenente,
Alferes, Bartolomeu Rodrigues Garcia.

7ª COMPANHIA

Capitão, José Joaquim da Silva.
Tenente, Manuel da Costa Freitas Freire.
Alferes, Luís Gomes da Cruz.

8ª COMPANHIA

Capitão, Henrique de Melo.
Tenente, Antônio da Costa Barros.
Alferes, João Gomes Correia.

PEQUENO ESTADO-MAIOR

Ajudante, João Ferreira da Rocha.
Quartel-mestre, Joaquim Gomes Ataíde.
Capelão, o Reverendo Manuel Gomes dos Santos.
Cirurgião-mor, Patrício José da Cunha.
Ajudante do dito, Simão José de Araújo.

Francisco José de Araújo.
Manuel de Oliveira Candelária.
Agostinho Francisco Barbosa.
Tambor-mor, Bartolomeu José Marques.

OFICIAIS AGREGADOS A ÊSTE REGIMENTO

O Sargento-mor, Luís Sotero da Costa.
O Capitão, José Nunes Ferreira.
O Tenente, Miguel Pires de Sousa.

OFICIAIS REFORMADOS

O Brigadeiro, José da Silva Santos.
O Coronel, Paulo Martins.

ESQUADRÃO. REFORMADOS

Os Tenentes, Antônio João Martins Brito.
José Manuel de Sousa.
Francisco Xavier Gomes.

1º REGIMENTO

O Alferes, João Diegues.
O Cirurgião-mor, José Gonçalves.

2º REGIMENTO

Os Tenentes, Francisco Ferreira do Amaral.
Manuel de Santa Ana.
Leonardo Antônio.
José Cardoso Penedo.
Tomaz Correia Barreto.
José Bernardes de Abreu .
O alferes, Francisco da Costa Moura.

ARTILHARIA

Os Tenentes, José de Sousa Castro.
Manuel Pinto de Almeida.
José Francisco Veloso.

O Cirurgião-mor, Inácio Viegas Tourinho.

3º REGIMENTO

O Quartel-Mestre, Manuel José Gomes de Ataíde.
O Tenente, Francisco Rodrigues Simando.
O Capitão, Henrique Vicente Lousada.
O Tenente, Francisco Pais Sardinha.

REGIMENTO EXTINTO

O Tenente, Sebastião de Cruz Pombo.
O Quartel-Mestre, Bento José Alves.
O Tenente, Salvador da Silva Brandão.
O Alferes, Domingos Rodrigues de Q.
O Capitão, Joaquim Vicente dos Reis.

ESTREMOZ

O Tenente, Francisco Godinho Barradas.
O Cirurgião-mor, José Joaquim de Almeida.

COLÔNIA

O Capitão, Euzébio da Silva Gomes.
O Tenente, Gregório Nunes Cordeiro.

DRAGÕES DO RIO GRANDE

O Alferes, José Joaquim Proença.

SANTA CATARINA

O Tenente, José da Silva Gularte.

O Tenente, Luís Manuel Feijó.

ACADEMIA MILITAR

No ano de 1699 mandou S. Majestade estabelecer nesta cidade uma aula de fortificação, ordenando que se dessem 50 rs. por dia aos aulistas, e sendo soldados se lhes dessem os mesmos 50 rs., além dos soldos, e que se não admitissem pessoas de menos de 18 anos, e fôssem excluídos aquêles que pelos exames anuais dessem a conhecer a sua incapacidade.

Ignora-se o nome do primeiro Lente ao qual se seguiu José Fernandes Pinto Alpoim, vindo de Lisboa em Sargento-Mor de artilharia e lente. A êste, por sua morte, sucedeu o Capitão Eusébio Antônio Ribeiras, e depois dêle o Coronel do Regimento de Artilharia, Antônio Joaquim de Oliveira, e presentemente existe o Tenente-Coronel do mesmo regimento, José de Oliveira Barbosa. Lente, o Tenente-Coronel José de Oliveira Barbosa.

Substituto, o Capitão Anastácio Correia Vasques.

Secretário, o Capitão João José Nunes Carneiro.

Em novembro de 1793 estabeleceu o Exmo. Sr. Conde Vice-Rei uma aula para instrução da mocidade que tem a honra de servir à Sua Majestade nos regimentos de linha e milícias desta capital.

Inspetor, o Tenente-Coronel Joaquim Xavier Curado.

LENTES

De fortificação, de Mr. de Bitond, o Capitão Antônio Lopes de Barros.

De geometria prática, de Mr. Belidor, o Capitão Albino dos Santos Pereira.

De aritmética, de Bezout, o Tenente Francisco Antônio da Silva.

De desenho, de Buchett, o Tenente Aureliano de Sousa.

De idioma francês, o Tenente-Coronel José Caetano de Araújo.

Das primeiras letras, o Tenente José Álvaro Marques.

Secretário, o Sargento-mor de Milícias, Domingos Francisco Ramos Filho.

CORPO DE ENGENHEIROS

Sargento-mor, Joaquim Correia da Serra.

Dito, José Correia Rangel de Bulhoens.

Ajudante, Antônio de Sousa Coelho.

Partidistas, Francisco José Trancoso.

José Aniceto Viegas.

Camilo José dos Reis.

Francisco Carlos de Morais.

Aureliano José da Costa.

Francisco Manuel Dormundo.

FORTALEZAS

CASTELO

Governador-Comandante interinamente, o Capitão Lourenço Caetano Silva.

CONCEIÇÃO

Governador, Francisco dos Santos Xavier.

Ajudante com exercício de almoxarife, Manuel Travassos da Costa.

FORTE DO LEME

Comandante, o Sargento-mor Luís Sotero da Costa.

FORTE DE S. CLEMENTE

Comandante, o mesmo.

FORTE DE MANUEL VELHO

Comandante, o Ajudante Engenheiro Antônio de Sousa Coelho.

FORTE DA GLÓRIA

Comandante, o mesmo.

FORTE DO TREM

Comandante, o Capitão Francisco Manuel da Silva Melo.

FORTE DO MOURA

Comandante, o Capitão Anastácio Correia Vasques.

FORTE DA PRAINHA

Comandante.

BATERIAS DE MORTEIROS

ARSENAL

Comandante, o Tenente-Coronel José de Oliveira Barbosa.

SANTO INÁCIO

Comandante, o Tenente Antônio Duarte Nunes.

Além dêstes Fortes, há mais outros, para os quais se nomeiam os Comandantes na ocasião em que são guarnecidos.

FORTALEZAS DA BARRA

SANTA CRUZ

Governador, o Tenente-Coronel José Joaquim da Cunha Pontes.
Ajudante, José Lopes Pola.
Almoxarife, Manuel José.
Capelão, um Religioso de Santo Antônio, por alternativa.

S. JOÃO

Governador interino, o Coronel João Rodrigues Gago.
Ajudante, Francisco José da Silva.
Almoxarife, Antônio Vieira.
Capelão, o Reverendo Antônio Peres.

LAGE

Comandante, o Sargento-mor Caetano Pimentel de Vabo.
Almoxarife, Domingos de Sequeira.
Capelão, o Reverendo Joaquim José de Bastos.

FORTALEZAS DA PRAIA DE FORA, E PICO

Comandante, o Capitão Francisco Duarte Malha.
Almoxarife, serve um cabo de esquadra.

PRAIA VERMELHA

Governador, o Capitão Francisco José de Melo.
Ajudante, Thomás Alves da Cunha.
Almoxarife, José Vieira.
Capelão, um Religioso de Santo Antônio por alternativa.

BOA VIAGEM

Governador.

CARAGUATA

Comandante, o Capitão Miguel José Correia de Castro.

VILLEGAIGNON

Governador.
Ajudante, Francisco da Cunha de Proença.
Almoxarife, Antônio José de Sá.
Capelão, o Reverendo Gervásio Machado.

ILHA DAS COBRAS

Governador, o Tenente-Coronel José Monteiro de Macedo.
Ajudante, José de Oliveira.
Almoxarife, Francisco Antônio.
Capelão, o Reverendo Cônego José Filipe da Silva.

CORPO DE MILÍCIAS

REGIMENTO DE CAVALARIA

Coronel, José Antônio de Veras Souto Maior.
Tenente-Coronel, José Constantino Lôbo Botelho.
Sargento-mor, Miguel Nunes Vidigal.

1ª COMPANHIA

Capitão, Custódio Alves Guimarães.
Tenente, Manuel Antônio Salgado.
Alferes, Elói dos Santos Simões.

2ª COMPANHIA

Capitão, Miguel Antônio de Oliveira.
Tenente, João Bráulio Pimentel.
Alferes, Cláudio José de Vargas.

3ª COMPANHIA

Capitão, João Ferreira de Lemos.
Tenente, João Carvalho de Oliveira.
Alferes, José Barbosa da Silva.

4ª COMPANHIA

Capitão, José Cardoso dos Santos.
Tenente, Ângelo José de Proença.
Alferes, José Alves de Castilhos.

5ª COMPANHIA

Capitão, Bento de Oliveira Braga.
Tenente, Bento de Araújo Barreiros.
Alferes, Antônio José de Abreu.

6ª COMPANHIA

Capitão, Manuel Frasão de Sousa Rendon.
Tenente, Francisco Pereira de Oliveira.
Alferes, Manuel Joaquim de Morais.

7ª COMPANHIA

Capitão, Paulino José Pinto Carneiro.
Tenente, Joaquim José Pereira de Magalhães.
Alferes, Luís José Pereira Magalhães.

1º REGIMENTO DE MILÍCIAS DE INFANTARIA, DA FREGUESIA DA CANDELÁRIA

Coronel, o Exmo. Vice-Rei Conde de Resende.
Tenente-Coronel, Pedro Carvalho de Morais.
Sargento-mor, João Mariano de Deus.

COMPANHIA DE GRANADEIROS

Capitão, Antônio Correia da Costa.
Tenente, José da Silva Vieira.
Alferes, José Antônio da Costa.

COMPANHIA DE CAÇADORES

Capitão, João José Coelho.
Tenente, Joaquim José Pereira de Faro.
Alferes, José Antônio de Oliveira.

1ª DE FUZILEIROS

Capitão, João Rodrigues Pereira de Almeida.
Tenente, Antônio Nunes de Aguiar.
Alferes, Francisco José Fernandes Dias.

2ª

Capitão, Antônio Fernandes Vaz.
Tenente, José da Costa de Araújo Barros.
Alferes, José Antônio Gomes.

3ª

Capitão, Lourenço de Sousa Meirelles.
Tenente, Fernando Pereira de Carvalho.
Alferes, Brás Carneiro Leão Sobrinho.

4ª

Capitão, Antônio José Ferreira de Abreu.
Tenente, Antônio José Joaquim Jacobina.
Alferes, José Lourenço de Magalhães.

5ª

Capitão, Diogo de Castro Guimarães.
Tenente, Narciso Luís Alves Ferreira.
Alferes, Gaspar Coelho Leal.

6ª

Capitão, Brás Carneiro Leão.
Tenente, José Teixeira de Melo.
Alferes, Bernardo Ferreira Braga.

7ª

Capitão, José da Costa Pinheiro.
Tenente, Manuel da Silva Regadas.
Alferes, Constâncio José da Mota.

8ª

Capitão, Antônio Ferreira da Rocha.
Tenente, Francisco Rodrigues de Barros.
Alferes, Antônio José da Cruz.

PEQUENO ESTADO-MAIOR

Ajudantes, José Anastácio Machado.
Francisco Xavier da Cunha.
Quartel-Mestre, Nuno José.
Cirurgião-mor, Francisco Mendes Ribeiro.
Tambor-mor.

OFICIAIS AGREGADOS A ÊSTE REGIMENTO

Capitães, João Alves Guimarães.
Domingos Alves Ribeiro.
Luiz Antônio Lopes.
Francisco Batista de Sousa Cabral.
Tenentes, Vicente José Gomes.
Joaquim Ribeiro de Almeida.
Dâmaso Antônio da Rocha.
Custódio José Coelho.
Alferes, Jerônimo José Lopes.
Martiniano de Sousa.

2º REGIMENTO, DA FREGUESIA DE SANTA RITA

Coronel, Manuel Alves da Fonseca Costa.
Tenente-Coronel, Manuel Ribeiro Guimarães.
Sargento-mor, Manuel Feliciano.

COMPANHIA DE GRANADEIROS

Capitão, Domingos José Ferreira.
Tenente, Antônio Ramos da Silva.
Alferes, Domingos Xavier de Castro.

COMPANHIA DE CAÇADORES

Capitão.
Tenente, José Alves Guimarães.
Alferes, Antônio Francisco Ferraz.

1ª COMPANHIA DE FUZILEIROS

Capitão, Cláudio José Pereira da Silva.
Tenente, Tertuliano Manuel da Silva Regadas.
Alferes, João Dourado da Silva.

2ª

Capitão, José Maria da Fonseca Costa.
Tenente, José de Sousa Reis.
Alferes, Manuel Francisco Xavier.

3ª

Capitão, Manuel José da Costa.
Tenente, Antônio Ferreira Pinto.
Alferes, Luís Antônio Ferreira da Costa.

4ª

Capitão, Bernardo José Ferreira Rabelo.
Tenente, Manuel Joaquim Ferrão.
Alferes, Manuel Gonçalves.

5ª

Capitão, Francisco José Rodrigues.
Tenente, Manuel de Oliveira Costa.
Alferes, Antônio Ribeiro da Silva Queirós.

6ª

Capitão, Joaquim de Sousa Meireles.
Tenente, Anacleto Rodrigues da Silva.
Alferes, Francisco José das Neves.

7ª

Capitão, José Pereira de Sousa Caldas.
Tenente, Custódio Moreira Lírio.
Alferes, Francisco José Guimarães.

8ª

Capitão, Manuel Francisco Ribeiro.
Tenente, Manuel José de Carvalho.
Alferes, Manuel Tavares Bastos.

PEQUENO ESTADO-MAIOR

Ajudante, Francisco de Sousa.
Dito.
Quartel-Mestre, Antônio Pereira Dias.
Cirurgião-mor, Manuel Dias Serra Cavaleiro.
Tambor-mor.

OFICIAIS AGREGADOS A ÊSTE REGIMENTO

Capitão, Antônio Cosme Damião.

3º REGIMENTO, DA FREGUESIA DE S. JOSÉ

Coronel, Fernando Dias Pais Leme.
Tenente-Coronel, Antônio Nascentes Pinto.
Sargento-mor, Manuel de Morais Antas.

COMPANHIA DE GRANADEIROS

Capitão, João Pinto da Silva Guimarães.
Tenente, Manuel Gomes Pereira.
Alferes, Manuel Gonçalves Viana.

COMPANHIA DE CAÇADORES

Capitão, José André Guimarães.
Tenente, Manuel Antônio Claro.
Alferes, Cláudio Mariano Antunes.

1ª COMPANHIA DE FUZILEIROS

Capitão, Jerônimo de Barros Moreira.
Tenente, Antônio Fernandes da Costa.
Alferes, Domingos dos Santos Batista.

2ª

Capitão, José Coelho Rolim Vandeck.
Tenente, Antônio José Teixeira Guimarães.
Alferes, Agostinho Alves Vilela.

3ª

Capitão, Antônio Joaquim Rodrigues.
Tenente, Manuel Barbosa Machado.
Alferes, Frutuoso de Paiva.

4ª

Capitão, Manuel Mendes Salgado.
Tenente, Jaime Mendes de Vasconcelos.
Alferes, Manuel Lopes da Silva.

5ª

Capitão, José de Sousa Meireles.
Tenente, Antônio Luís dos Passos.
Alferes, Manuel Antônio da Costa.

6ª

Capitão, José Caetano Moreira.
Tenente, Manuel Ferreira da Silva Cruz.
Alferes, Joaquim José de Oliveira.

7ª

Capitão, José da Costa Barros.
Tenente, João da Costa Silva.
Alferes, Francisco do Vale Rodrigues.

8ª

Capitão, José Manuel Gonçalves Vilela.
Tenente, Sebastião Luiz Viana.
Alferes, Gaspar Alves Lima.

PEQUENO ESTADO-MAIOR

Ajudantes, Antônio Francisco Alves.
Francisco de Matos.
Quartel-mestre, Domingos Luiz de Azevedo.
Cirurgião-mor, José Joaquim de Pina.
Tambor-mor.

OFICIAIS AGREGADOS A ÊSTE REGIMENTO

Capitão, Manuel Teodoro de Azambuja.
Tenente, Sebastião Gomes Barroso.
Alferes, Filipe José dos Passos.

4º REGIMENTO, DOS HOMENS PARDOS LIBERTOS

Coronel, José Bento da Silva.
Tenente-Coronel, José de Frias.
Sargento-mor, Albino dos Santos Pera.

COMPANHIA DE GRANADEIROS

Capitão, Martinho Pereira de Brito.
Tenente, Manuel Alves da Silva.
Alferes, Antônio Correia Tavares.

COMPANHIA DE CAÇADORES

Capitão, José Inácio da Silva Costa.
Tenente, Manuel Barbosa Coutinho.
Alferes, Manuel de Moura Brito.

1ª COMPANHIA DE FUZILEIROS

Capitão, Alexandre Dias Rezende.
Tenente, Joaquim Francisco da Cruz.
Alferes, Bernardino de Sena.

2ª

Capitão, Caetano Pereira Durão.
Tenente, Luís Correia Ximenes.
Alferes, Manuel José Ferreira.

3ª

Capitão, José Inácio Correia.
Tenente, Manuel de Faria Viana.
Alferes, José Ferreira da Silva

4ª

Capitão, Manuel de Jesus Neves.
Tenente, Luís Patrício Correia.
Alferes, Serafim de Barcelos.

5ª

Capitão, José Pereira dos Santos Brito.
Tenente, Joaquim Ribeiro de Santa Ana.
Alferes, Caetano José de Oliveira.

6ª

Capitão, Teodoro Ferreira de Aguiar.
Tenente, Inácio Ribeiro Guerra.
Alferes, Eugênio José da Fonseca.

7ª

Capitão, José Borges de Aguiar.
Tenente, José Correia.
Alferes, João da Lapa.

8ª

Capitão, Antônio de Navais Campos.
Tenente, Manuel dos Santos Sousa.
Alferes, Valentim José de Almeida.

PEQUENO ESTADO-MAIOR

Ajudantes, José Sebastião de Sá.
Manuel Francisco.
Quartel-Mestre, Miguel José Ramos.
Cirurgião-mor, Luís de Santa Ana Gomes.
Tambor-mor.

CORPO DAS ORDENANÇAS

Capitão-mor, Domingos Viana de Castro.
Sargento-mor, Anacleto Elias da Fonseca.
Ajudantes, Manuel Francisco Peixoto.
Domingos José Martins Viana.
João Moniz.
Manuel Dias de Lima.
Capitão de Campanha, Antônio de Oliveira Pinto.

1ª COMPANHIA DA FREGUESIA DA SÉ

Capitão, Julião Martins da Costa.
Tenente, José Julião Alves da Costa.
Alferes, Dionísio Antônio Neto.

2ª

Capitão, Filipe da Cunha Vale.
Tenente, João Alves Viana.
Alferes, José da Costa Dias.

3ª

Capitão, José Pinto Dias.
Tenente, Manuel Bento Lopes.
Alferes, João Fernandes Lopes.

1ª COMPANHIA DA FREGUESIA DA CANDELÁRIA

Capitão, José Dias de Castro.
Tenente, João Alberto de Almeida Vidal.
Alferes, Manuel Correia Codeço.

2ª

Capitão, Eugênio Gonçalves de Almeida.
Tenente, Manuel Gonçalves de Carvalho.
Alferes, João Inácio da Costa.

3ª

Capitão, Manuel Luiz Ferreira.
Tenente, João da Silva Monteiro.
Alferes, Luiz Antônio Martins de Araújo.

1ª COMPANHIA DA FREGUESIA DE SANTA RITA

Capitão, José Pereira Guimarães.
Tenente, Francisco Pereira de Mesquita.
Alferes, Francisco Martins.

2ª

Capitão, José Antônio Lisboa.
Tenente, João de Medeiros.
Alferes, Antônio José Serra.

1ª COMPANHIA DA FREGUESIA DE S. JOSÉ

Capitão, João Gomes Vale.
Tenente, João Carneiro de Almeida.
Alferes, Antônio Júlio de Almeida.

2ª

Capitão, Luís José Viana.
Tenente, Custódio Cardoso Fontes.
Alferes, Francisco Duarte Monteiro.

3ª

Capitão, João da Costa Barros.
Tenente, João Marciano de Azevedo.
Alferes, Bento José de Magalhães.

1ª COMPANHIA DE CHACAREIROS

Capitão.
Tenente, Domingos Gonçalves Lima.
Alferes, Antônio José Alves.

2ª

Capitão.
Tenente, Francisco José Tinoco.
Alferes, Manuel José Rocha.

3ª

Capitão, Antônio dos Santos.
Tenente, Antônio da Cunha.
Alferes, José de Oliveira do Pilar.

COMPANHIA DOS FORASTEIROS

Capitão, Manuel Alves da Costa Passos.
Tenente, José Rodrigues Pereira.
Alferes, João Francisco Pereira da Fonseca.

OFICIAIS DE FORTALEZAS

Capitães:

Manuel Guedes Pinto.
Vicente José de Araújo Gomes.

Manuel Rodrigues de Barros.
Luís Antônio Ferreira.
João Alves de Azevedo.
José Gonçalves Fontes.
João Fernandes da Costa.
João Pereira Ribeiro.
Antônio de Jesus Evangelho.
João Inácio da Silveira.
João Pereira Lemos.
Manuel José de Azevedo Sousa.
José Marcelino Gonçalves.
Joaquim Gesteira Passos.
Domingos Pinto de Miranda.
Joaquim Antônio Lopes da Costa.
Aleixo Pais Sardinha.
Manuel Alves Machado.
José Joaquim Ferreira Barbosa.
Domingos Gonçalves de Sousa.
Antônio Rodrigues da Silva.
José Joaquim Mendes Pimenta.
Lourenço Antônio Ferreira.
Manuel José Pereira.
José Antônio Barbosa.
José Barbosa.
Antônio José de Melo e Cunha.
João Batista Carneiro da Silva.
João Rite de Araújo.
Luís Duarte Monteiro.
Luís Bandeira Martins.
Manuel Fernandes Tavares.
Antônio Rodrigues de Carvalho.
João de Sequeira.
Manuel Velho da Silva.
João Alves Ribeiro.
José Pereira Amarante.
Elias Antônio Lopes.
Joaquim José de Sousa Mota.
Francisco Antônio da Costa.

Tenentes:

Antônio Barbosa Passos.
Francisco de Faria Salgado.

Amaro Velho da Silva.
Antônio Fernandes da Tôrre.
Caetano Lopes da Costa.
Antônio de Sousa Rabelo.
João de Sousa Vale.
Vicente José de Queirós.
Antônio de Sousa Silva.
Manuel Moreira da Silva.
Jerônimo Miguel Antunes.
Antônio Joaquim de Azevedo.
José Fernandes Sardinha.
Antônio José Rodrigues da Fonseca.
Francisco Antônio Malheiros.
Carlos José Moreira.
João Batista Alvarenga.
Justino Fernandes Machado.
Antônio Machado Nunes.
Antônio Caetano de Assunção.
Manuel Caetano de Moura.
Sebastião da Costa Maia.
José Rodrigues de Carvalho.
Bento José da Costa.
José Antônio da Costa Guimarães.
Joaquim Moreira Garcês.
Francisco José Leite Guimarães.
José Antônio Pinheiro.
Manuel Caetano Pinto.
Antônio José Lopes de Araújo.
Francisco José da Cunha.
José Francisco Rodrigues Castro.
José Antônio de Oliveira Guimarães.
Mateus de Sousa Lopes.
Manuel José Mendes Guimarães.
Domingos Antunes Guimarães.
Manuel Coelho da Silva Filho.
José Rodrigues da Silva.
Antônio José de Carvalho.
Francisco Antônio Guimarães.
João da Costa e Silva.
Francisco José Ferreira e Pena.
José Gonçalves dos Santos e Sá.
Manuel Francisco da Rosa.

João Ribeiro da Silva.
Antônio Fernandes Pereira.
Manuel Gomes de Oliveira.
Custódio Rodrigues Veloso.
Camilo Caetano dos Reis.

Alferes:

Manuel Gomes Souto.
João da Silva Pinto.
José Severino Gesteira.
Custódio José Fernandes Silva.
Joaquim Correia dos Santos.
Manuel Pinto Monteiro Dias.
Manuel José Antônio.
José Gomes Pupo Correia.
João Pedro Braga.
Lourenço Campeão da Silveira.
João de Sousa Mota.
Francisco Ribeiro.
José da Silva Barreto.
Bernardo José de Figueiredo.
Antônio Dias Carneiro.
José Francisco Moreira.
Francisco da Costa Marques.
José Paulo da Rosa.
João Lopes dos Santos.
Manuel José de Mesquita.
Francisco Xavier de Morais.
Manuel de Melo Braga.
Manuel Antunes Lopes.
José Pereira de Azevedo.
Francisco Antônio.
Joaquim José de Sousa.
Joaquim Fernandes de Castro.
Alexandre Pereira.
Bernardo José Pereira.
Thomás Pereira Lima.
Antônio da Silva Guilherme.
Bernardo Lourenço Viana.
Filipe Vidal.
Miguel Alves Chaves.
João Damasceno.

José Caetano Cibrão.
Luís Antônio da Silva Fidalgo.
Caetano Manuel da Mota.
Cláudio Nunes Rosa.
Francisco Pavão.
José de Abreu Pimentel.
Antônio Joaquim de Marins.
Domingos Marques da Costa.
José Manuel Meneses Coutinho.
José Antônio Fernandes.
João Pereira de Andrade.
Manuel Botelho de Melo.
Luís Fernandes de Sousa.
Domingos Lopes do Espírito Santo.
Aleixo José Antunes.
José Pinto Teixeira.
Pedro Antônio da Silva.
Antônio Teixeira Brito.
Antônio Luís da Mota.
Manuel José da Cunha Bastos.
Inácio Botelho de Sequeira.
Antônio Gonçalves Chaves.
Bento Antônio de Carvalho.
Antônio Gonçalves Dias.
Salvador de Carvalho.
Antônio Pinto da Costa.
Luís Correia da Silva.
Manuel José de Faria.
Joaquim José Teixeira.
Manuel Ferreira de Fraga.
Joaquim José de Sequeira Brandão.
Antônio José Ferreira de Oliveira.
José Nunes Martins.
José Antônio de Matos.
José Francisco de Sousa.

OFICIAIS DAS ORDENANÇAS DE MALTA

Capitão-mor, José da Mota Pereira.
Sargento-mor, Tomás Gonçalves.
Ajudante.

Capitães:

Manuel Jorge da Silva.
Antônio de Oliveira Guimarães.
José Gonçalves dos Santos.
Francisco da Cunha Pinheiro.
Manuel José de Sampaio.
José Coelho de Lemos.
João Barbosa Loureiro.
Alferes, José das Caldas.

HOSPITAL REAL

Administrador, o Sargento-mor Antônio Rodrigues do Espirito-Santo.
Escrivão, Francisco Xavier Souto Faria.
Mordomo, José Pereira Sarmento.
Comprador, João Batista de Faria.
Médicos, Antônio Francisco Leal.
José Carlos de Morais.
Cirurgião-mor, João Antônio Damasceno.
Dito do banco, Manuel de Oliveira Candelária.
Boticário, Raimundo Pereira Xavier.

Enfermeiros:

Tomás de Araújo.
João Afonso.
Antônio Ricardo.
Francisco Sodré.
Francisco do Amaral.

Enfermeiros:

Francisco Antônio.
Inácio Lourenço.
Manuel da Vera-Cruz.
Francisco de Paula.
Floriano Marques.
Antônio Martins.
Manuel José Correia.
Capelães, dois Religiosos de Santo Antônio por alternativa.

REAL TREM

Intendente interino, o Capitão graduado Manuel Francisco dos Santos.

Almoxarife, José Francisco Machado.

Fiel do dito, o Cabo Nazário Vaz de Barcelos.

Escrivão, Francisco de Paula.

Carpinteiro, Simão da Costa.

ARSENAL

Patrão-mor, Manuel Quaresma.

Dito do Bergantim de S. Exa., Francisco José Gonçalves.

Dito do Intendente da Marinha, Manuel Francisco.

Dito das Ordens, Manuel José.

Dito, Joaquim José.

Dito da Intendência do Ouro, Francisco Lopes.

PESSOAS EMPREGADAS NA REAL FÁBRICA DA CASA DAS ARMAS DA CONCEIÇÃO

Inspetor, o Governador Francisco Xavier dos Santos.

Escrivão, Antônio Luis da Fonseca.

Mestre da Fábrica, Pedro Tavares Freire.

Contra-mestre, Domingos Pereira Cardoso.

Mestre Cozinheiro, Antônio Manuel.

Almoxarife, o Ajudante Manuel Travassos da Costa.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO

Teve princípio nesta cidade em 1752 por ordem de Sua Majestade o Sr. D. José I, que o mandou criar pelo Chanceler da Bahia João Pacheco Pereira, com sete Desembargadores, Agostinho Félix dos Santos Capelo, Manuel da Fonseca Brandão, Matias Pinheiro da Silveira Botelho, João Cardoso de Azevedo, Miguel José Vieira, Pedro Monteiro Furtado de Mendonça, Inácio

da Cunha; ficando o dito João Pacheco Pereira por chanceler governador desta Relação, na qual tomaram todos posse em 15 de julho de 1752.

Governador, o Ilmo. e Exmo. Vice-Rei do Estado.

Chanceler, o Conselheiro Luís Beltrão de Gouveia de Almeida.

DESEMBARGADORES AGRARISTAS

1ª Casa, Francisco Alves de Andrade.

2ª Dita, João de Figueiredo.

3ª Dita, Francisco Luís Alves da Rocha.

4ª Dita, Antônio Rodrigues Gaioso.

5ª Dita, José Feliciano da Rocha Gameiro.

6ª Dita, José Antônio Valente.

7ª Dita.

Ouvidor geral do crime, Luís José de Carvalho e Melo.

Dito do cível, o mesmo.

Juiz da coroa, Francisco Alves de Andrade.

Procurador da dita, José Soares Barbosa.

Guarda-mor, Pedro Henriques da Cunha.

Escrivão das apelações, Félix José Morato, serve por êle Ezequiel de Aquino César.

Dito, José dos Santos Rodrigues de Araújo.

Guardas menores, Francisco Xavier da Cruz.

Dito, Manuel Alves de Sá.

Meirinho, Brás Gomes.

Escrivão do dito, Inácio José de Barros.

Médico, Luís Caetano da Costa.

Capelão, o Revmo. José Vieira Lima.

Porteiros das audiências, servem dois guardas menores.

Escrivão da ouvidoria do crime, Pedro Henriques da Cunha.

Dito do cível, João Luís Alves Machado.

Dito da coroa, Romas Pedro Cotrim.

Solicitador da Justiça, Manuel Rodrigues de Sá.

INQUIRIDORES DA RELAÇÃO

Do crime, Joaquim José Monteiro Dinis.
Do cível, Manuel Luís Ferreira.
Contador, Aleixo Pais Sardinha.

ADVOGADOS DA RELAÇÃO

José Velho Pereira.
João Gomes de Campos.
Joaquim José Suzano da Silva.
José de Oliveira Fagundes.
Manuel do Quintal.
Domingos de Freitas Rangel.
Manuel Inácio da Silva Alvarenga.
O Revmo. Francisco Correia Vidigal.
José Mariano de Azeredo Coutinho.
Domingos Marcelino da Assunção.
O Revmo. Cônego João Gonçalves Campos.
Luís Nicolau Fagundes Varela.
Silvestre de Carvalho.
Francisco Xavier Fagundes.
O Revmo. José Lopes Ferreira.
Francisco Xavier de Lima.
Francisco Nunes Pereira.
João Gonçalves Portugal.
Agostinho José da Cunha.
José de França de Miranda.
José Nunes Pereira.
Bernardo Pinto Carneiro.
Francisco Carneiro Pinto de Almeida.

SOLICITADORES DE NÚMERO

José Manuel de Andrade.
José Francisco Chaves.

José Francisco Panquinhas.
Manuel Luís Alves.
David Peixoto.
Antônio Marcelino da Mata.
Joaquim José Ferreira.
André Lopes.
José Narciso de Oliveira.
José Joaquim de Sousa.
Caetano Xavier.
Joaquim de Morais.
Clemente José Ribeiro.
Antônio Ferreira Raposo.
Manuel da Fonseca Fernandes.

Carcereiro, Antônio Francisco da Conceição.
Meirinho, o mesmo carcereiro.
Escrivão do dito, Francisco Ribeiro Campos.

OUVIDORIA DA COMARCA

Ignora-se o ano da sua criação pela falta de notícias e das muitas fôlhas com que se acha de menos o livro mais antigo do cartório desta ouvidoria.

No catálogo dos reverendos prelados administradores eclesiásticos desta capital achei que em 1637 já existia, porque no dito ano foram prêsos e remetidos para Lisboa ao Tribunal do Santo Ofício o Reverendo Fr. Lourenço de Mendonça, Prelado Administrador e um criado seu, pelo Ouvidor desta comarca Francisco Taveira de Neiva, sucessor de outro chamado Paulo Pereira.

Rocha Pita na sua história da América Portuguêsa a fls. 488 diz que no ano de 1696 na cidade de Olinda capital de Pernambuco, e nesta de S. Sebastião do Rio de Janeiro introduzira o Sr. Rei D. Pedro II o lugar de Juízes de Fora aos Ouvidores literários que já nêles haviam, dividindo por ambos a Provedoria dos defuntos e ausentes, e que desde então se ficaram fazendo as eleições dos oficiais da câmara na forma dos da Bahia, porém que pela distância que há desta àquela cidade fôra concedida por Provisão do mesmo Sr. poderem os Governadores delas em cada uma,

com o Ouvidor e Juiz de Fora limpar as pautas cada ano, e escolher os oficiais que nela hão de servir, pelo detrimento e mora, que haviam experimentar em se enviarem ao Desembargo do Paço da Bahia.

Até o mesmo ano de 1796 havia em tôdas as câmaras do Brasil um Juiz ordinário da vara vermelha, os quais foram abolidos a requerimento da Relação da Bahia, e creio que êstes seriam os primeiros, que ocuparam os lugares de Ouvidores, até o tempo em que Sua Majestade mandou para os mesmos empregos sujeitos literários; pois ainda hoje vemos que nos impedimentos do Juiz de Fora, serve o Vereador mais velho, e que em tôdas as Vilas do recôncavo desta cidade há dois Juízes ordinários que governam seis meses cada um.

Ouvidor, serve interinamente o Juiz de Fora.

Escrivão, Julião Inácio da Silva.

Dito das execuções, Estêvão da Silva Monteiro.

Meirinho geral, Salvador Rodrigues Estimado.

Escrivão do dito, Antônio Barbosa de Matos.

Meirinho do campo, Isidoro Manuel Rodrigues.

Escrivão do dito, José Martiniano.

JUIZ DE FORA

Em um dos antigos livros de registro das ordens Reais que há na Provedoria ou Intendência da Marinha desta cidade, se acha registrada a ordem de Sua Majestade de 28 de fevereiro de 1703 para se darem 200$000 de ordenado ao Juiz de Fora Francisco Leitão de Carvalho e outra de 2 de março do dito ano para 50$000 de ajuda de custo. Daqui se infere que até êste tempo não houve Juiz de Fora, e fazia as suas funções o Ouvidor da comarca como fica dito.

Juiz, o Dr. José Bernardo de Castro.

Tabeliães, Faustino Soares de Araújo.

Inácio Miguel Pinto Campelo.

José Antônio Teixeira.

Antônio Teixeira de Carvalho.

Escrivão das execuções, Estêvão da Silva Monteiro.

Inquiridor e distribuidor, Luís Meireles Pereira, serve por êle, Roberto José de Melo.

Porteiro geral, Veríssimo José do Nascimento.

Meirinho da cidade, Inácio Pereira Sarmento.

Escrivão do dito, Manuel Antônio de Morais.

PROVEDORIA DA CÂMARA DOS DEFUNTOS E AUSENTES

Provedor, serve o Juiz de Fora.

Escrivão, Paulo José Guedes, serve por êle Antônio Luís Ferreira de Menezes.

Tesoureiro, João Furtado de Mesquita.

Solicitador, José Joaquim da Costa.

PROVEDORIA DOS DEFUNTOS E AUSENTES, CAPELAS E RESÍDUOS

Provedor, o Dr. Juiz de Fora José Bernardes.

Escrivão, Paulo José Guedes.

Os mais como acima.

JUÍZO DAS DESPESAS

Juiz, o Desembargador Luís José de Carvalho.

Escrivão, Félix José Morato, serve Ezequiel de Aquino César de Azevedo.

Tesoureiro, o guarda-mor Pedro Henrique da Cunha.

Solicitador, o guarda-menor Manuel Alves de Sá.

INTENDÊNCIA DE POLÍCIA

Intendente, o Desembargador Luís José de Carvalho.

Escrivão, Pedro Henriques da Cunha.

JUÍZO DOS DEGREDADOS

Juiz, o Desembargador Luís José de Carvalho.

Escrivão, Pedro Henriques da Cunha.

Solicitador, Manuel Martins de Sá.

CHANCELARIA

Chanceler e Juiz, o Conselheiro Luís Beltrão de Gouveia de Almeida.

Escrivão, José Teixeira de Melo.

Cobrador da Dízima, Antônio José Lopes de Araújo.

Porteiro, Tomás Pedro Cotrim de Almeida.

JUÍZO DAS JUSTIFICAÇÕES ÍNDIA E MINAS

Juiz, o Desembargador Luís José de Carvalho.

Escrivão, João Luís Alves Machado.

CONSERVATÓRIA DOS MOEDEIROS

Juiz Conservador, o Ouvidor da Comarca, serve o Juiz de Fora.

Escrivão, João Anastácio Rangel Coutinho.

Meirinho, Antônio Pereira Chaves.

JUÍZO DE ÓRFÃOS

Não foi possível encontrar documento algum para conhecer o ano da sua criação, porém, achei que em 1609 já existia; porque no cartório dêste juízo se acha o auto de inventário feito por falecimento de Antônio Leão e de sua mulher Maria das Candeias, aos 10 dias do mês de agôsto de 1609, sendo Juiz, Luís Cabral de Távora.

Esta vara existe na Casa do Juiz atual há 16 anos. O primeiro que a obteve com carta de propriedade foi o Capitão de Infantaria Diogo Teles de Meneses a quem Sua Majestade em remuneração dos seus serviços, faz esta mercê no ano de 1639 passando desde êsse tempo de pais a filhos, e presentemente já

se achava o Dr. Antônio Teles de Meneses filho do atual com a mesma Mercê conferida por Sua Majestade no ano de 1797 que não teve efeito por falecer quando vinha a exercer o dito emprêgo.

Juiz, Francisco Teles Barreto de Meneses.

Escrivão, Manuel Luís da Silva Regadas.

Dito, Carlos José de Meneses.

Partidores, Nicolau Viegas de Proença.

Agostinho Fernandes Vieira.

Curador, Joaquim José Susano da Silva.

Tesoureiro do cofre, Pedro Barbosa Passos.

Meirinho, Francisco Xavier Coelho.

Escrivão do dito, Tomás de França.

SENADO DA CÂMARA

O incêndio de 20 de julho de 1790 em que se abrasou o arquivo dêste senado, tem dado motivo para a incerteza do ano de sua criação, e por esta causa me vali dos documentos que vou mostrar por achar nêles que no ano de 1567, em que o governador geral Mem de Sá, fêz mudar a povoação da Vila Velha para o sítio onde estabeleceu os primeiros fundamentos da nova cidade, era Escrivão da Câmara, Diogo de Oliveira, sendo certo que êste ou outro qualquer sujeito não exerceria o dito emprêgo sem que houvesse corpo de câmara com alguma formalidade. — Portaria do Juiz pela lei. — O Escrivão da Câmara logo que receber esta minha portaria, passará por certidão a carta de sesmaria do Rossio e têrmo desta cidade do Rio de Janeiro. Rio, 10 de março de 1790. — *Guimarães.* — Filipe Cordovil de Sequeira e Melo, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e Escrivão da Câmara desta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, etc. Certifico que vendo e examinando o livro das escrituras do Senado, nêle a fls. quarenta e dois se vê a sesmaria do teor seguinte. — Carta de sesmaria das terras do Rossio e têrmo desta cidade do Rio de Janeiro. Saibam quantos êste instrumento de confirmação da carta de sesmaria das terras do Rossio do conselho e têrmo desta cidade, dado e confirmado a requerimento dos povoadores e situadores dela virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1567 anos aos 10 dias do mês de outubro

do dito ano, e nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, terra desta costa do Brasil em as pousadas de mim escrivão abaixo nomeado, apareceu um escravinho de Diogo de Oliveira escrivão da Câmara desta cidade, e pelo dito escravo me foi apresentado um auto de apresentação de uma petição que os moradores e povoadores desta cidade fizeram ao Senhor Governador Mem de Sá, pelo qual escravinho me foi dito que o dito Diogo de Oliveira seu Senhor, me pedia e requeria que lhe fizesse êste instrumento de carta de Sesmaria em forma, porquanto de presente não havia procurador do conselho, e no qual auto e petição vinha um despacho nela do Sr. Mem de Sá do Conselho d'El-Rei Nosso Senhor e Capitão da cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos e Governador Geral de tôdas as Capitanias e terras de tôda esta Costa do Brasil, pelo dito Senhor, do qual auto, petição, despachos e mais papéis, o traslado de tudo de *verbo adverbum* é o seguinte. — Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1567 aos 18 do mês de agôsto e em esta cidade de S. Sebastião. Eu escrivão abaixo nomeado fui às pousadas onde ora pousa o Sr. Mem de Sá Governador Geral, e lhe dei uma petição que aqui adiante vai, a qual os moradores e povoadores desta cidade me deram que desse a sua senhoria, a qual é assinada por êle para dar Rossio a esta dita cidade, o qual eu lhe dei por ao presente não haver procurador do conselho. Eu sobredito Diogo de Oliveira, Escrivão da Câmara desta cidade que o escrevi. — Traslado da petição. — Sr. Governador. Dizem o povo e moradores desta cidade de S. Sebastião, que ora V. S. novamente situou, que em tôdas as partes do reino de Portugal, as cidades têm grandes Rossios ao redor para pastos de gados, como seja coisa muito necessária e porque esta cidade de S. Sebastião até o presente não tem Rossio limitado, e se espera com ajuda de Deus ser muito povoada, e além dos moradores que ora tem, virem muitos do reino e de outras partes viver a esta terra, pelo que tem necessidade de grandes pastos para os gados, para também ao redor fazerem roças de mantimentos, que ao presente senão podem fazer, em as terras que são dadas de sesmaria por a terra não estar ainda segura para se nelas estenderem a cultivar e fazer mantimentos, pelo que pedem a V. S. lhe limite por Rossio desta cidade até o lugar da Piraqua, em que podem ser três légoas pouco mais ou menos, as quais pedem tenha para tôdas as partes em redondo sem tributo nenhum, que sendo menos senão podem pastar os gados por a mor parte desta terra estar em matos bravios e ser necessário derrubarem-nos para darem ervagens para os gados, que ao presente

aqui ao redor não tem: no que receberão mercê. A qual petição vinha assinada pelos ditos moradores, Manuel de Brito, Antônio Fernandes, Simão Barriga, e outros mais, etc. — De tudo venho a inferir que esta Câmara teve princípio com a fundação da nova cidade pelo mesmo fundador Mem de Sá, no ano de 1567. No de 1642 por alvará do Sr. Rei D. João IV, lhe foram concedidos os privilégios e regalias da Câmara da cidade do Pôrto e Infanções, os quais até o presente tem sido confirmados pelos soberanos que se tem seguido; e no ano de 1647 teve do mesmo Senhor o decreto seguinte. — Havendo respeito ao grande amor e lealdade com que os moradores da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro me tem servido, e servem em tudo o que se oferece de meu serviço, bem comum, conservação e defensa do estado do Brasil, desejando fazer-lhes mercê muito conforme à boa vontade que lhes tenho e ao que merecem por as razões referidas: Houve por bem fazer-lha que em ausência do escrivão ou alcaide mor daquela praça, faça a câmara da dita cidade o ofício de capitão-mor, e tenha as chaves dela; e outrossim lhe faço mercê do título de Leal. O desembargador do paço lhe faça passar nesta conformidade as doações e mais despachos necessários. — Em Alcântara, a 6 de junho de 1647. — *Rei.*

Presidente, o Dr. Juiz de Fora José Bernardo de Castro.
Vereadores, o Tenente-Coronel Manuel Ribeiro Guimarães.

O Coronel Inácio Manuel de Lemos.
O Capitão Antônio Gomes Barroso.

Procurador, o Capitão Roque da Costa Franco.
Escrivão, Antônio Martins Brito, serve Joaquim José Freire.
Tesoureiro, Antônio Fernandes Vaz.
Síndico, o Doutor Francisco Xavier Lima.
Porteiro e guarda-livros, Antônio José Coelho.
Alcaide, Antônio de Sousa Mendes.

JUÍZO DE ALMOTACERIA

Almotacéis, o Capitão José Pereira Guimarães.
João Fernandes Viana.
Escrivão, Antônio Moreira.
Rendeiro, Bento José Ribeiro.

JUÍZO DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXMOS. VISCONDES DE ASSECA

Por decreto de Sua Majestade, de 23 de julho de 1777, passou esta administração para os chanceleres do Reino que ficarão sendo administradores e juízes privativos de tôdas as causas pertencentes aos Exmos. Viscondes.

Antes de passar aos chanceleres andava esta administração no Revmo. Cônego Penitenciário Francisco Fernandes Simões, e era juiz privativo das causas dela um desembargador desta Relação.

Presentemente foi abolido êste juízo por ordem de Sua Majestade, para serem julgadas na Relação como outras quaisquer, as causas desta administração por carta régia escrita em Mafra a 21 de outubro de 1797, assinada por Sua Alteza Real o Príncipe nosso Senhor.

INTENDÊNCIA GERAL DO OURO

Teve princípio no ano de 1750, no qual foi Sua Majestade servido (abolindo o método com que se cobrava o quinto do ouro em Minas) criar duas intendências uma para a Bahia, e outra para esta cidade do Rio de Janeiro, nomeando para intendente desta o Bacharel João Alves Simões com a mercê de beca por carta de 10 de dezembro de 1750.

Intendente, José Feliciano da Rocha Gameiro.

Escrivão, Rodrigo José do Vale.

Dito da conferência das barras, Joaquim José Gonçalves Cadete.

Meirinho, Manuel Antônio das Neves.

MESA DA INSPEÇÃO

Principiou a ter exercício em 1 de janeiro de 1754; compõe-se de um presidente que sempre é o intendente geral do ouro; dois deputados, um por parte da lavoura e outro por parte do comércio, e um escrivão que serve de secretário. Os oficiais da intendência geral do ouro são obrigados pelo regimento da inspeção a servir na mesma inspeção, quando é preciso.

Presidente, José Feliciano da Rocha Gameiro.

Deputado por parte da lavoura, Jerônimo Vieira de Abreu.

Deputado por parte do comércio, Francisco José Leite.
Escrivão e secretário, Felisberto José de Almeida.
Meirinho, Manuel Antônio das Neves.

REAL ERÁRIO

Principiou no ano de 1767 por ordem de Sua Majestade em carta datada de 18 de março do dito ano; mandando juntamente um guarda-livros e dois escriturários com as instruções necessárias para criação e estabelecimento do nôvo método que devia haver na administração e arrecadação da Real Fazenda.

Presidente, o Ilmo. e Exmo. Vice-Rei.
Tesoureiro, Joaquim Francisco de Seixas.
Escrivão, João Carlos Correia Lemos.
Fiel de Tesoureiro, Francisco Duarte Nunes.
Escriturários Contadores, José Pinto de Miranda.
José Carlos dos Santos Bernardes.
Escriturários, Antônio Mariano de Azevedo.
Francisco de Paula Cabral.
Francisco Lopes da Silva.
Bonifácio José Sérgio.
José Joaquim da Silva Galvão.
Félix Ferreira de Andrade.
Manuel Joaquim Freire.
João Rodrigues Vareiro.
Francisco Lino de Sequeira.
Antônio José de Morais Brandão.
Francisco Caetano da Silva.
Mariano Pinto Lobato.
João Carlos Correia Lemos Filho.
Antônio Caetano da Costa.
Contínuos, Inácio Caetano Costa.
Inácio José Lins.
Porteiro, José Antônio Barbosa.

TESOURARIA DAS DESPESAS

Tesoureiro, João Carneiro de Almeida.

Fiel do dito, Narciso Ferreira de Sousa.

Escrivão, Sebastião José Sande Nabo, serve José Maria da Fonseca Costa.

JUNTA DO REAL ERÁRIO

Presidente, o Ilmo. e Exmo. Vice-Rei.

Deputados, o chanceler Luís Beltrão de Gouveia.

O Intendente da Marinha, José Caetano de Lima.

O Procurador da Coroa, José Soares Barbosa.

O Tesoureiro Geral, Joaquim Francisco de Seixas.

O Escrivão do Erário, João Carlos Correia Lemos.

OFICIAIS PERTENCENTES À SECRETARIA DA JUNTA

Secretário, Francisco Dias Carneiro.

Ajudante do dito, Antônio Homem do Amaral.

Guarda livros e porteiro, José Ferreira de Amorim.

ADMINISTRAÇÃO DO EMPRÉSTIMO REAL QUE FIZERAM OS MORADORES DESTA CAPITAL EM 1797

Tesoureiro, João Carneiro de Almeida.

Contador e Escrivão, Francisco Lopes da Silva.

Escrivão, Antônio Caetano da Silva.

ADMINISTRAÇÃO DO CORREIO

Foi estabelecido em 24 de abril de 1798, por ordem de Sua Majestade, e administrado pela Fazenda Real.

Administrador, Antônio Rodrigues da Silva.

Escrivão, Caetano Luís de Araújo.

Ajudante, Manuel Teodoro.

Fiel da balança, Manuel Nunes de Montes.

Contínuo, Lourenço Valadares.

INTENDÊNCIA GERAL DA MARINHA

Êste tribunal foi o primeiro e único que se estabeleceu nesta cidade com o título de provedoria da Fazenda Real para a administração e arrecadação da mesma, e nêle se conservou a dita administração até o ano de 1767, em que o Sr. Rei D. José I mandou criar a Junta Real Erário para onde passou a maior parte desta administração.

A sua antiguidade dificulta a certeza de época em que principiou a ter exercício, e sòmente acho que já existia em 1583, e que era provedor Salvador Correia de Sá.

No ano próximo passado foi abolido o título de Provedoria, tomando o de Intendência Geral da Marinha, por ordem de Sua Majestade, que nomeou para intendente o chefe da divisão graduado chefe de esquadra José Caetano de Lima, o qual tomou posse no dia 30 de agôsto de 1798.

Intendente geral, José Caetano de Lima.

Escrivão, Manuel da Câmara César.

Dito da 1ª e 5ª classe, Francisco da Costa Cordeiro.

Escriturário do dito, Francisco de Azevedo Santos.

Escrivão da 2ª, 3ª e 4ª classe, Manuel Carlos de Abreu Lima.

Escriturário do dito, Manuel Moniz de Noronha.

Escrivão da receita e despesa do dito, Valentim Antônio Vilela.

Escriturário do dito, Francisco Monteiro.

Almoxarife, José Ramos de Araújo.

Fiel do armazém, José Pinto Cardoso.

Dito das madeiras, Antônio Nunes.

Dito da ribeira, Manuel Inácio Pena de Mesquita.

Contínuo, Antônio José de Sousa Vilarino.

Apontador das férias, Manuel José Duarte.

Guarda do arsenal, José Antônio Fernandes.

Dito da repartição da ribeira, Antônio Luís Peixoto.

Porteiro da intendência, Carlos Francisco.

JUÍZO DA COROA

Juiz, o Desembargador Francisco Alves de Andrade.

Escrivão, Tomás Pedro Cotrim de Almeida.

Solicitador da Fazenda, José de Brito.

Escrivão dos feitos da mesma, Joaquim José de Novais.

Meirinho, José Antônio de Castilho.

Escrivão do dito, João Marques Ribeiro.

TESOURARIA GERAL DAS TROPAS

Principiou a ter exercício em 1776 por ordem de Sua Majestade o Sr. D. José I, que a mandou criar por Manuel Joaquim de Azevedo e Joaquim Manuel Ângelo, vindos de Lisboa para êste fim, dando àquele o cargo de Tesoureiro Geral das tropas da América, e a êste o de Comissário Assentista.

Tesoureiro Geral, Manuel da Silva Menezes.

Comissário Pagador, Sebastião Pereira Barbosa.

Comissários Assentistas, Domingos de Sousa Caldas.

Manuel da Silveira Peixoto.

Contínuo, Antônio Xavier Henriques.

JUÍZO DA ALFÂNDEGA

Ignora-se a sua criação por não haverem documentos que decisivamente mostrem o seu primeiro estabelecimento. No ano de 1625 já existia, porque em abril do dito ano, ordenou El-Rei Filipe IV que nesta Alfândega se dessem livres de direitos os gêneros que pertencessem aos padres da companhia.

Juiz, o Desembargador José Antônio Freire Ribeiro.

Escrivão da mesa grande, Miguel João Meyer.

Tesoureiro, Domingos Antônio Pereira.

Fiel do dito.

Administrador.

Conferente dos bilhetes do consulado, José Antônio Freire de Andrade.

MESA DE ABERTURA

Feitor 1º, Marcos Antunes Marcelo.

Dito 2º, Guilherme José.

Escrivão, Hermogênio José Pereira.

Dito dos bilhetes, José de Sousa Melo.

Conferente, José Caetano Lopes de Oliveira.

MESA DA BALANÇA

Juiz, Manuel da Fonseca Costa.

Escrivão, José Antônio de Miranda.

Feitor, João de Almeida Lima.

Conferente, Francisco Antônio Henriques.

PORTA PRINCIPAL

Porteiro, o Desembargador João Antônio Salter de Mendonça, serve por êle Luís Manuel da Costa Prates.

Conferentes, Manuel Gomes dos Santos.
Manuel Alexandre Alves.

Guardas, Clemente Pereira da Cunha.
Antônio Vidal.

PORTA DO MAR

Escrivão, Antônio Ribeiro Freire.

Dito da guarda-costa, Manuel Caetano da Silva.

Guarda da porta, Manuel Rodrigues Frade.

PONTE DA ALFÂNDEGA

Guarda mor, Francisco de Macedo Vasc., serve Aleixo Pais.

Feitor da marinha, Antônio José Henriques.

Guarda de mar, Ricardo José Francisco Galvão.

Guardas da ponte, José de Sousa Vieira.

José Pereira da Silva.

Tem 24 guardas, 12 do número da repartição do Guarda mor e 12 da administração.

TRIBUNAL DA MOEDA

Representando a Sua Majestade os moradores desta cidade e de Pernambuco a necessidade que havia nestas duas províncias de uma casa de moeda para evitarem o risco a que expunham os seus cabedais de ouro e prata remetendo-os à Bahia para se reduzirem em moeda corrente, foi servido mandar que, fechada a casa da moeda da Bahia, passassem as suas fábricas a esta cidade e depois a Pernambuco, ordenando ao chanceler superintendente que mandasse as instruções e ordens necessárias para se governarem os ministros que haviam de ser juízes conservadores da moeda nestas duas províncias, o que executou depois de reduzido em nova moeda provincial o dinheiro antigo, a prata e ouro, que houve para se desfazer na Bahia, fechando a casa no ano de 1698 tendo laborado quatro.

Passou José Ribeiro Rangel, juiz da moeda com todos os oficiais e instrumentos da fábrica dela para esta cidade, onde chegou, começando a ter exercício em fevereiro de 1699, vindo por juiz conservador o desembargador daquela cidade, Miguel de Sequeira Castelo Branco, e lavrado o dinheiro antigo prata e ouro que nesta província havia para se reduzir a nova forma, se transportaram os oficiais com a fábrica para Pernambuco.

Concluído no Brasil êste lavor, se fecharam nêle as casas de moeda, até que com os novos descobrimentos das minas de ouro

do sul, se mandarem outra vez abrir na Bahia e, nesta cidade, no ano de 1703, sendo nomeado por Sua Majestade para superintendente dela o Dr. Ouvidor desta capital José de Sequeira, e provedor Manuel de Sousa que veio de Pernambuco com os mais oficiais.

Juiz conservador, o Dr. Ouvidor da comarca, serve o juiz de fora.

Provedor, José da Costa Matos.

Tesoureiro, Custódio Alves Guimarães.

Fiel do dito, Manuel Bento Lopes.

Escrivão da receita e despesa, José Alberto da Silva Leitão.

Escrivão da conferência e registro, José Antônio Radmak.

Juízes da balança, João da Costa Matos.

José de Sousa Santos.

Escrivão das ligas, José Maria da Silva Bravo.

Dito das entradas do ouro, João Marciano de Azevedo.

Porteiro e guarda-livros, Camilo Caetano dos Reis.

Contínuo, Luiz José dos Santos Marques.

Meirinho, José Tavares Vieira.

FUNDIÇÃO

Mestre, Bento Marques Fortuna.

Fundidores, Antônio Joaquim de Azevedo.

Manuel José Gonçalves Vilela.

Facundo Pires.

José Antônio da Costa.

Ajudantes, Salvador Sobral Coutinho.

José Joaquim da Costa.

Francisco da Silva Carvalho.

Antônio Pereira.

ENSAIOS

Ensaiadores, Antônio Delfim Silva.

José de Oliveira Quaresma.

Antônio Cardoso Ramalho.

Ajudantes, Luís Gularte de Oliveira.

José Rodrigues Souto.

Francisco da Costa Chagas.

ABRIÇÃO

Mestre 1º, Joaquim Monteiro de Faria.

Mestre 2º, José Alves Pinto.

Ajudantes, Félix Xavier Pinto.

Tomé Joaquim da Silva Leitão.

CUNHO

Cunhadores, Luís José do Amaral.

João Antônio da Silva Leitão.

Fiel das fieiras, Vitorino Estácio de Oliveira.

Guarda cunhos, José Domingos Monteiro.

FERRARIA

Mestre, Antônio Martins Bastos.

José Joaquim Ferreira.

José da Silva Bordal.

Francisco José de Sá.

MAPA DOS NAVIOS DE GUERRA E DA GENTE DA GUARNIÇÃO A CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SENDO COMANDANTE EM 11 DE

(Notícia extraída da História

	NOMES DAS EMBARCAÇÕES	GUARNIÇÃO DOS NAVIOS								
		Canhões	Comandantes	Brigadeiros	Capitães de Trem	Ajudante do Major	Ajudante de Artilharia	Tenentes	Alferes	Guardas-Marinhas
	Lírio	74	1	1		1		4	7	10
	Brilhante	74	1					3	7	11
	Magnânimo	70	1					4	10	15
NAVIOS DE TÔDA A CONDUTA	Aquiles	60	1					3	10	9
NAVIOS DE TÔDA A CONDUTA	Glorioso	70	1		1				8	11
NAVIOS DE TÔDA A CONDUTA	Amazon	44	1						3	7
NAVIOS DE TÔDA A CONDUTA	Bolona	45	1				1		1	5
NAVIOS DE TÔDA A CONDUTA	Astréa	30	1						1	
NAVIOS DE TÔDA A CONDUTA	Argonauta	50	1						3	6
NAVIOS DE TÔDA A CONDUTA	Marte	60	1					4	5	7
NAVIOS DE TÔDA A CONDUTA	Concórdia	30	1					2	2	
NAVIOS DE TÔDA A CONDUTA	Chanceler	34	1							
NAVIOS DE TÔDA A CONDUTA	Gloriosa	36	1							
	2 Travessias		2							
	Fiel	80	1					3	4	9
	Águia	44	1					2	3	5
	Guarda do Comandante									
	Voluntários									
	Marinheiros armados									
	SOMA	801	17	1	1	1	1	25	63	95

Contribuição a que ajuntou o Governador Francisco Morais, 600.000 Cruzados.
Que de sua bôlsa dera mais o dito Governador 10.000 Cruzados.
Caixas de açúcar que também dera ao Comandante francês 100.
Carne a que quisesse para sua tropa, que foram bois 200.
Armazéns de mercadorias que o Governador fêz queimar.
4 Navios de 70 a 60 canhões que meteram a pique.
2 Navios Mercantes de 35 pés que depois de roubados quiseram com o saque que os soldados e marinheiros fizeram, avaliaram em 14 milhões. Finalmente tôda a perda foi julgada em 20 milhões.

DOS MESMOS COM QUE OS FRANCESES RENDERAM
DESTA AÇÃO O MR. DUGUAY TROUIN,
SETEMBRO DE 1711
Militar de França)

SOLDADOS	BATALHÕES QUE SE FORMARAM EM TERRA										TOTAL	REST. DOS OFICIAIS					TÔDAS AS PRAÇAS
	Comandantes das Brigadas	Coronéis	Tenentes-Coronéis	Majores	Ajudantes dos ditos	Companhias	SOLDADOS	Ajudantes dos Tenentes-Generais	Major-General	Ajudante do dito		Ajudante do Com.-General	Comandantes dos Navios	Capitães	Tenentes	Alferes	
303		1	1	1	1	7	291	5	1	1	302				1	1	631
242	1	1	1	1	1	6	242				247					1	512
295		1	1	1	1	6	244				248				1	1	574
242		1	1	1	1	5	217				221				1	1	487
227	1	1	1	1	1	5	221				226						475
117		1				5	219				220						349
98														1			107
49														1			52
106																1	117
224		1	1	1	1	5	225				229			1			471
25													1				31
14													1				16
36	1										1		1				39
16																	18
230		1	1	1		5	214				217			1			465
96		1	1	1	1	5	208				212		1				319
							50				50	2					52
							80				80			1			81
							600				600						600
2320	3	8	8	9	7	49	2811	5	1	1	2853	2	4	5	3	5	5396

ALMANAQUE HISTÓRICO DA CIDADE DE S. SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO

TOMO XXI — 2º TRIMESTRE DE 1858

Memórias da fundação da Igreja de S. Sebastião, primeira matriz que houve nesta cidade, com o catálogo dos prelados administradores que houveram até o tempo em que foi elevada a dignidade de Sé Episcopal, e os bispos que tem havido até o presente.

A igreja de S. Sebastião foi a primeira e única matriz, que houve nesta cidade até o ano de 1628, com pouca diferença, em que foi ereta freguesia a igreja de N. S. da Candelária, e não sendo possível descobrir-se monumento algum por onde conste da época da criação desta primeira freguesia do Rio de Janeiro, fico por isso sujeito à interpretação crítica, valendo-me dos sinais, que indicam a proximidade do tempo analisando as notícias, que pela história pude adquirir desde a fundação desta cidade.

Sendo certo que no ano de 1567 se fundara esta cidade por Mem de Sá, Governador Geral do estado do Brasil, e que com êle viera o segundo Reverendo Bispo da Bahia D. Pedro Leitão a semear também as primeiras sementes evangélicas pelos seus cooperadores da companhia de Jesus, que ficaram persistindo nesta obra; é sem questão que êstes lançaram os primeiros fundamentos da religião e da igreja, não só formal, mas material, no lugar onde se chamou até certo tempo Vila Velha; não consistindo por então a igreja material senão em uma casa coberta de palhas, segundo permitiam as circunstâncias do tempo.

Mudada a povoação para o lugar em que hoje existe, e muito principalmente para o terreno, em que se vê fundada a casa da Misericórdia, e outras mais, foi de necessidade que também se mudasse a igreja, e com efeito se fundou no alto monte de São Januário.

Quando se principiou esta obra, não me foi possível saber, mas o tempo em que se finalizou é certo ser no ano de 1583, como se lê no epitáfio gravado sôbre a pedra sepulcral do Capitão-mor Governador Estácio de Sá, mandado fazer por Salvador Correia de Sá, seu primo e seu sucessor no govêrno.

É bem provável que só os Missionários da companhia estivessem trabalhando no curativo das almas, não só índias, mas também dos primeiros povoadores dêste Continente até que cultivados já, e reduzidos a melhor estado, lhes fôsse dado particular sacerdote, para os curar e paroquiar, pelo Diocesano da Bahia: mas, quem, e em que tempo principiara a existir, ignora-se totalmente, porém, é certo que pelo mesmo Diocesano correu o cuidado desta capitania até o ano de 1576.

Neste referido ano a instâncias do Sr. Rei D. Sebastião, foi obtido do SS. Padre Gregório 13 em data de 19 de julho o Breve pelo qual se desmembrou esta capitania eclesiástica da Diocese da Bahia, a que estava sujeita, e em consequência foi instituído um Reverendo Administrador, a quem concedeu S. Santidade tôda a jurisdição, e govêrno espiritual da dita capitania com o poder e faculdades quase episcopais; dando, e concedendo ao dito Senhor Rei, e seus sempre augustos sucessores o poder e faculdade de prover, e deputar a pessoa, que houvesse de servir o dito cargo, e que em virtude da provisão que se lhe passasse pudesse exercitá-lo, e usar da dita jurisdição, sem outra confirmação, aprovação ou licença.

Por efeito do dito Breve, nomearam os Srs. Reis dêste Reino as pessoas dignas para virem ocupar a Prelatura, e serem Administradores da jurisdição eclesiástica da capitania, e lugares da governança da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

Em tempo já da Prelatura é que se descobre o primeiro Pároco, que consta haver pelo dito L. 1º de assentos de batismos, que conserva na câmara eclesiástica dêste Bispado. Seu nome era Martim Fernandes, o qual é certo que estava Vigário desta igreja de S. Sebastião no ano de 1601, como se vê de uma certidão de batismo feita por êle que se acha nos autos de Genere de Diogo Gomes Moço (M. 1º número 20).

Foi esta Igreja de S. Sebastião de natureza colativa, como se alcança de um documento que se conserva no Arquivo do Cabido, e por êle se vê que o Reverendo Administrador Eclesiástico pediu ao Governador Geral em 15 de setembro de 1628, que visto ter nomeado ao Reverendo João Pimentel para vigário da Igreja Matriz de S. Sebastião, o propusesse em nome de S. Majestade em virtude do Alvará de 21 de setembro de 1625, para confirmar

na igreja da qual foi último e imediato possuidor o Reverendo Martim Fernandes.

Continuou colada até a criação da Sé de cujo tempo por diante ficou sendo o Curato de natureza amovível; ùltimamente se criou de novo de natureza colativa pelo Alvará de 30 de maio de 1753, o Decreto de Sua Majestade da mesma data, tendo servido desde a criação da Sé os seus Párocos com o título de Curas; e nesta época se criou também na mesma Sé a nova cadeira de Cônegos Curas, e dela tomou posse seu primeiro Cônego Cura o Reverendo Antônio José Malheiros no dia 19 de agôsto dêsse mesmo ano.

Criada a Prelatura nesta cidade pelo Breve do SS. Padre Gregório 13, como fica dito foi o 1º eleito.

O REVERENDO DR. BARTOLOMEU SIMÕES PEREIRA, PRESBÍTERO DO HÁBITO DE S. PEDRO

Os ódios eclesiásticos do povo, que não sofria repreensão de seus vícios, nem se sujeitava à obediência da igreja e ao temor de Deus, foram os motivos de se retirar êste Prelado para a capital do Espírito Santo pertencente à sua jurisdição, onde acabou a vida com suspeitas de envenenado.

O dia da sua posse, e falecimento não consta por faltarem os documentos; porém é certo que em 1.º dia de julho de 1959, ainda existia, porque no dito dia passou uma procissão a favor do Provedor, e mais irmãos da Misericórdia para que o Vigário da Paróquia se não intrometesse nas suas eleições (Arquivo da Santa Casa).

O REVERENDO DR. JOÃO DA COSTA, PRESBÍTERO DO HÁBITO DE S. PEDRO

Sucedeu ao primeiro não só na Dignidade, mas na fortuna. Estando em S. Paulo, depois de duplicados desgostos, com que o maltratavam, de correrem até dêle para o injuriarem, deu fim à carreira da sua justificada e inocente vida.

O REVERENDO DR. MATEUS DQ COSTA ABORIM, PRESBÍTERO DO HÁBITO DE S. PEDRO

Foi nomeado por provisão d'El-Rei D. Filipe 3º de 20 de julho de 1606. Tomou posse dêste cargo em o dia 2 de outubro de 1607. Faleceu em fevereiro de 1629, e foi sepultado na Capelinha do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Sebastião na

mesma sepultura em que jazia seu grande e verdadeiro amigo o Reverendo Vigário que foi da mesma igreja Martim Fernandes.

O REVERENDO DR. FR. MÁXIMO PEREIRA, MONGE BENEDITINO

Era nesse tempo 8º ou 9º Abade do Mosteiro desta cidade. Por provisão dos Governadores do Bispado da Bahia, em nome do Ilmo. e Reverendíssimo Bispo D. Miguel Pereira, passada aos 13 de julho de 1629, tomou posse aos 13 de setembro do mesmo ano. Desistindo do lugar pelas moléstias com que se via oprimido, recolheu-se a Portugal em 24 de setembro de 1630.

O REVERENDO DR. PEDRO HOMEM ALBERNAZ, PRESBÍTERO DO HÁBITO DE S. PEDRO

Por desistência do seu antecessor ocupando então os lugares de Provisor e Vigário Geral desta cidade, ficou também exercendo a Jurisdição Prelatícia, até que por nomeação do Clero desta cidade foi-lhe conferida legìtimamente a Prelatura no dia 23 de janeiro de 1630, e a serviu até setembro de 1633 por não poder por mais tempo tolerar as ignomínias e desatenções com que atualmente o tratava o povo, porque não queria nomear para Vigário a um tal clérigo chamado por alcunha o *Arrevessa-toucinhos*.

O REVERENDO DR. LOURENÇO DE MENDONÇA, PRESBÍTERO DO HÁBITO DE S. PEDRO

Foi nomeado por El-Rei D. Filipe 4º no ano de 1632. Tomou posse a 9 de setembro de 1633, e com êste lugar herdou as afrontas com que o tratou o povo desde os primeiros dias da sua residência, até que por malignidade e aleivosia o fizeram embarcar em um desaparelhado barco, deixando o seu último destino à providência; mas por último foi como prêso e remetido ao tribunal do Santo Ofício por crimes que não podia cometer; e ali mostrando-se inocente, foi mandado consultar por S. Majestade para o cargo de D. Prior do Convento de Aviz. Antes que se ausentasse (segundo parece no ano de 1637) nomeou para lhe suceder e encher o seu lugar ao

REVERENDO DR. PEDRO HOMEM ALBERNAZ

Segunda vez serviu a Prelatura, na qual foi confirmado, e apresentado por El-Rei D. Filipe 4º, enquanto a não provesse de

propriedade, ou não mandasse o contrário, pela provisão de 2 de setembro de 1639, na qual lhe concedeu a faculdade de poder substituir o mesmo cargo na pessoa, que lhe parecesse poder servir em sua ausência, e impedimento que tivesse não podendo êle servir. Exerceu êste cargo até suceder-lhe

O REVERENDO DR. ANTÔNIO DE MARINS LOUREIRO
PRESBÍTERO DO HÁBITO DE S. PEDRO

Por nomeação de 8 de outubro de 1643, o elegeu o Sr. Rei D. João 4º para vir suceder assim na Prelatura como nos infortúnios, que parece andavam anexos a êste cargo, porque tomando posse a 28 de junho de 1644, e passando-se a visitar os lugares da sua jurisdição em S. Paulo, lhe negaram a obediência os seus moradores, unindo-se e conspirando-se contra a sua vida. E porque êste malévolo intento lhe foi participado, procurando o refúgio do convento de S. Francisco (apesar de o terem cercado com sentinelas) felizmente escapou do perigo, restituindo-se a esta cidade. Daqui prosseguindo o seu destino em visita à capitania do Espírito Santo, o ódio que em tôda a parte o perseguia lhe administrou veneno na comida com o qual perdeu logo o juízo. Neste deplorável estado se embarcou para Portugal onde terminou os seus dias sem o menor remédio.

O REVERENDO DR. MANUEL DE SOUSA E ALMEIDA,
PRESBÍTERO DO HÁBITO DE S. PEDRO

Por nomeação do Sr. Rei D. Afonso 6º em provisão de 12 de dezembro de 1658, tomou posse em 1659. Apesar da grande afabilidade, e prudência de que era dotado, não teve o gôsto de abrandar a rebeldia de homens facinorosos e malévolos, que o perseguiram na mesma casa da sua residência, onde no maior silêncio na noite de 5 de março de 1668 o atacaram embocando-lhe uma peça de artilharia carregada com bala, e para que esta fizesse o seu devido efeito, quando êles já estivessem em segurança fora da cidade (para onde logo se retiraram a fim de evitarem a suspeita, que dêles poderia haver) puseram uma pequena porção de corda acesa com a extremidade unida à escorva, e tendo-se consumido a dita corda ou murrão disparou a peça, pregando-se a bala na parede da casa do mesmo prelado, onde por muito tempo se conservou o sinal sem contudo receber o Prelado prejuízo mais notável. Por êste fato determinou retirar-se para Portugal onde

morreu, virtuosamente tendo nomeado para ocupar e encher o seu lugar, antes da sua retirada ao

REVERENDO DR. FRANCISCO DA SILVEIRA DIAS,
PRESBÍTERO DO HÁBITO DE S. PEDRO

Parecia que depois de tantos anos estaria o povo desta cidade menos malévolo para não molestar os seus Prelados com perseguições tão alheias da razão, e da justiça, mas o coração de Faraó ainda se achava endurecido para desistir das afrontas, que faziam o timbre das suas diabólicas heroicidades. Nesta crítica situação tomou conta desta Prelasia o benemérito e caritativo Vigário então da igreja de S. Sebastião; e apesar de seus honrados procedimentos não deixou de ser maculado por simoníaco, fazendo-o ter adquirido por dinheiro a ocupação da tesouraria no lugar de Administrador, e Prelado que já servia no ano de 1671, foi confirmado por S. Majestade, mandando em seu alvará de 13 de janeiro de 1681 que se lhe pagasse o que tinha vencido da têrça parte do ordenado de Administrador como se lhe tinha feito mercê, e concedido pelo Tribunal da mesa da Consciência e Ordens, e que daí em diante fôsse vencendo até que lhe chegasse sucessor; êste esperava-se que fôsse o Ilustríssimo Bispo Dr. Fr. Manuel Pereira, nomeado e confirmado para primeiro Bispo desta Diocese novamente ereta; mas sucedeu-lhe o Ilustríssimo Bispo D. José de Barros e Alarcão. Criado e instituído o Cabido foi nomeado primeiro Deão, de cuja dignidade tomou posse no dia 29 de abril de 1687.

Seguindo os exemplos dos seus maiores o Sr. Rei D. Pedro 2º sendo Regente do Reino por seu Irmão o Sr. D. Afonso 6º, e desejoso de que a fé Católica cada vez mais se firmasse, e aumentasse nas regiões ultramarinas, que os Portuguêses à custa de muitos trabalhos haviam livrado das escuridades da idolatria, meditou estabelecer no Brasil várias cadeiras Episcopais.

O Bispo da Bahia só não era suficiente para cuidar e providenciar a mui dilatada região do Brasil, e conhecendo o dito Senhor a necessidade de melhor administração espiritual, cuidou pelos seus embaixadores em fazer dividir aquela dilatada Diocese, postulando ao Santíssimo Padre Inocêncio II a graça de erigir nesta cidade em Sé Episcopal a igreja matriz de S. Sebastião que lhe foi concedida em Bula de 16 de novembro de 1676. O primeiro que ocupou esta cadeira foi

O ILUSTRÍSSIMO D. FR. MANUEL PEREIRA

Era êste da esclarecida religião dos pregadores; e pela nomeação do Sereníssimo Príncipe Regente o Sr. D. Pedro alcançou a confirmação do Santíssimo Padre Inocêncio XI datada aos 16 de novembro de 1676.

Depois de sagrado, voluntàriamente renunciou o Bispado, ficando na mesmo côrte, onde ocupou os lugares de Secretário de estado e de Deputado da junta dos três estados. Faleceu aos 6 de janeiro do ano de 1678, tendo de idade 63.

O ILUSTRÍSSIMO D. JOSÉ DE BARROS ALARCÃO

Por nomeação do mesmo Príncipe, foi confirmado pelo mesmo Santíssimo Padre aos 19 de agôsto de 1680, e tomou posse da sua Diocese aos 13 de julho de 1682. Tendo sido chamado à côrte no ano de 1689, seguiu a sua derrota nesse ano ou no seguinte; e ali se demorou até recolher-se a esta cidade, onde chegou no dia 28 de março de 1700. Faleceu aos 6 de abril do mesmo ano, tendo de idade 66 anos, 4 meses e 9 dias. Foi sepultado no Presbitério do Mosteiro de S. Bento desta cidade como dispusera no seu testamento. Seus ossos foram trasladados no dia 31 de agôsto de 1702 para a igreja de Santa Iria de Sacavem, têrmo de Lisboa.

O ILUSTRÍSSIMO D. FRANCISCO DE S. JERÔNIMO

Cônego regular da congregação de S. João Evangelista, foi nomeado pelo mesmo Sr. D. Pedro 2º em 10 de dezembro de 1700, e confirmado pelo Santíssimo Padre Clemente XI em 20 de agôsto de 1701, tendo sido antes nomeado Bispo para Macau em 7 de julho de 1685, que não aceitou. Depois de Sagrado em 27 de dezembro do mesmo ano de 1701 no seu convento de Santo Eloy de Lisboa, chegou a esta cidade no dia 8 de junho, e tomou posse no dia 11 do mesmo mês e ano de 1702.

Entre os seus primeiros cuidados na sua Diocese foi a demarcação dêste Bispado pela parte do Sertão com o do Arcebispo da Bahia servindo-se para êste fim da diligência e atividade do Reverendo Gaspar Ribeiro Pereira, que executou esta comissão no ano de 1703, e passando por seu Visitador a Minas Gerais, aí criou 40 freguesias. Nesta cidade, e no monte chamado da

Conceição, edificou à sua custa (por não bastarem oito mil cruzados, que S. Majestade lhe havia mandado dar) o Palácio em que residem os Excelentíssimos Bispos.

À sua virtude se deveu o sossêgo em que se conservou, e converteu a excessiva desenvoltura dos facinorosos desta cidade, quando por ausência do governador D. Fernando Martins Mascarenhas ficou a seu cargo o govêrno, felicidade, e segurança dos habitadores dela.

À sua bênção se atribuiram todos os bons sucessos, como se viu no incêndio causado por uma caldeira de alcatrão que ateando as enxárcias, e mais cordoalha do navio, em que êle vinha de Lisboa, não muito distante desta cidade, por sua intervenção instantâneamente terminou todo o incêndio e livrou não só a nau, mas os indivíduos da sua tripulação de se reduzirem à última aniquilação. Outro foi o monumento da virtude dêste Prelado, quando pelas suas rogativas a Deus, livrou do último paroxismo no seu palácio, a um enfêrmo, o qual depois de padecer por dilatado tempo, e não podendo achar remédio à sua enfermidade se não por meio da separação de uma perna, para cuja operação estava já disposto, e munido com os remédios da alma inteiramente se restituiu, não precisando de outra medicina, que não fôsse o — *Surge et ambula*.

Em memória da vitória alcançada dos franceses em 19 de setembro de 1710, pelo edital de 19 de novembro do mesmo ano, instituiu, e fêz ser dia Santo e de guarda para todos os moradores que vivem nesta cidade sòmente o dia de S. Januário. A êle se deve a fundação do convento de N. Senhora da Conceição da Ajuda, rogando juntamente com a câmara desta cidade a S. Majestade o seu consentimento, que lhe foi prestado a 19 de fevereiro de 1705.

Muitas são as ações de virtude, caridade e pio zêlo, com que êste exemplar herói da igreja se fêz recomendável à posteridade, e por isso a sua memória será sempre eterna nos fastos da igreja Fluminense.

Na idade de 83 anos, munido com os Santos Sacramentos, e tendo feito a protestação da Fé entre as lágrimas de seus saudosos súditos, que por dilatado tempo haviam conhecido a sua sabedoria e prudência política, amor da paz, amizade dos doutos, e paternal agasalho com que tratava a pobreza, entrou no suave sono da morte mundana, para dar princípio a mais preciosa vida no dia

7 de março de 1721. Ordenou o seu jazigo na capela de Nossa Senhora da Conceição do seu palácio Episcopal desta cidade, sôbre cuja campa se lê o epitáfio — *Sub tuum proesidium.*

O ILUSTRÍSSIMO D. FR. ANTÔNIO DE GUADALUPE, RELIGIOSO OBSERVANTE DE S. FRANCISCO DA PROVÍNCIA DE PORTUGAL

Depois de formado na faculdade de direito Canônico, foi servir o lugar na vila de Trancoso, que lhe foi destinado pela judicatura; mas, tocado de superior impulso, abdicou o lugar, e o trocou pela religião dos Menores, onde viveu 22 anos, empregados quase em contínua Missão.

Neste exercício o achou a nomeação do sempre memorável, augusto e sábio Rei o Sr. D. João 3º em 25 de novembro de 1723.

Confirmada a nomeação pelo Santíssimo Padre Benedito 13 aos 9 dias das Calendas de março (21 de fevereiro) de 1725, foi sagrado em 13 de maio do mesmo ano; e saindo de Lisboa no dia 2 de junho, chegou a esta cidade no dia 2 de agôsto, e nesse mesmo dia tomou posse do Bispado por seu procurador o Reverendo Deão desta cidade, Gaspar Gonçalves de Araújo.

A sua vigilância na escolha dos sujeitos hábeis para ocuparem os lugares do estado clerical, se fêz ver pelo conceito que mereceram todos os providos, bastando só para serem reputados merecedores, o serem ordenados, ou admitidos em seu tempo. Dêste retíssimo procedimento nascia conservar-se independente a autoridade da igreja, e de serem respeitadas com mais pronta observância as suas determinações pastorais nos lugares mais remotos do seu Bispado; porque a vara da sua jurisdição tanto feria ao perto como ao longe.

Pelos - Párocos das freguesias do recôncavo procurou ter a mais importante notícia de pessoas órfãs, viúvas e necessitadas do seu Bispado, para lhes assistir com avultadas esmolas, que por mão dos mesmos Párocos corria, para lhas distribuir diàriamente. Com igual profusão olhou para os Templos, como se viu nos preciosos donativos, que fêz à sua Catedral, na fundação da igreja de S. Pedro desta cidade, lançando-lhe a primeira pedra no ano de 1732; na obra do Aljube, que também fundou; no útil edifício do seminário de S. José, que estabeleceu na proveitosa fábrica do Colégio dos Meninos Órfãos, que levantou; e finalmente noutras muitas ações, que a outras muitas partes o levava o seu incansável e vigilante zêlo.

Esquecido da aspereza dos caminhos, e dos graves incômodos, que eram inseparáveis da jornada, que se deliberou fazer, passou pessoalmente a visitar as Minas Gerais.

Por Bula do Santíssimo Padre Clemente 12, em data de 8 de março de 1738, foi nomeado visitador Apostólico, e reformador desta província da Conceição dos religiosos de S. Francisco. A sua reforma foi de tal qualidade, que ainda hoje se conserva no seu primeiro estado, e é observada sem a menor mudança essencial.

Por êle foram dados os estatutos à Sé Catedral desta cidade em execução à carta de S. Majestade de 20 de outubro de 1733 em carta de visitação de 21 de setembro de 1736.

Quando mais apreciava a residência do seu Bispado, então o destinou o Fidelíssimo Rei o Sr. D. João 5º para o de Vizeu, aos 12 de fevereiro de 1740; e saindo desta cidade aos 25 de maio, chegou a Lisboa aos 26 de agôsto do mesmo ano; mas a cruel, e contínua saudade que padecia, pela forçada separação da sua espôsa, além das moléstias que o oprimiam, tão vivamente lhe penetraram o coração, que por isso se lhe conheceram evidentíssimos sinais da pouca duração da sua vida.

Chegado à côrte, em poucos dias armado com os Sacramentos da igreja para a batalha da morte, na companhia dos seus amados e religiosos irmãos do Convento de S. Francisco de Lisboa, na idade de 68 anos, e de govêrno dêste Bispado 15 e 29 dias entregou nas mãos do seu Criador a sua preciosa vida no dia 31 de agôsto do mesmo ano de 1740. Seu corpo ficando flexível àquelas horas, que foram necessárias para o exame das suas esclarecidas virtudes, e com demonstrações de predestinado, foi entregue à sepultura claustral do seu Convento como havia disposto em seu testamento, onde jaz em eterno e saudoso silêncio.

Foi vigilante, laborioso, e resoluto nas suas determinações, desinteressado e muito cuidadoso em satisfazer a tôdas as obrigações do seu cargo.

O ILMO. D. FR. JOÃO DA CRUZ, CARMELITA DESCALÇO DA PROVÍNCIA DE LISBOA

Sendo eleito para suceder ao Ilmo. D. Fr. Antônio de Guadalupe, chegou a esta cidade no dia 3 de maio do ano de 1741, e tomou posse do Bispado no dia 4 imediato por seu procurador o Rev. Deão Gaspar Gonçalves de Araújo.

Levado das obrigações pastorais passou às Minas para as visitar e aí não sendo bem agasalhado pelo povo, a instruções do corregedor ou ouvidor, que então ocupava o lugar da judicatura naquela capitania, não deixou êste prelado de sofrer notáveis desgostos; mas pondo na Real presença de Sua Majestade as ignomínias, e pouco respeito com que fôra tratado e a causa primária urdida pelo desarrazoado e intrigante ministro, teve a satisfação que lhe deu o mesmo Soberano, de ver conduzido em prisão até a côrte, o instrumento principal das ignomínias, que então sofreu.

Nomeado para ocupar a cadeira episcopal de Miranda, retirou-se desta cidade no fim do ano de 1745 ou princípio de 1746, e passando-se para o seu nôvo bispado, aí finalizou seus dias, parece que no ano de 1756.

O EXMO. e REVMO. D. FR. ANTÔNIO DO DESTÊRRO, MONGE BENEDITINO

Nomeado para ocupar a cadeira episcopal do Reino de Angola, e confirmada a nomeação pelo Santo Padre Clemente XII se sagrou na Basílica Patriarcal em 25 de janeiro de 1739.

Embarcado para Angola, veio a esta cidade no mês de março de 1740, e seguindo a sua derrota, chegou à cidade de S. Paulo de Loanda a 10 de agôsto, e a 15 tomou posse do seu bispado, sendo o décimo sétimo prelado daquela diocese.

Tendo governado ali com edificação, e exemplo pelo espaço de seis anos um mês e tantos dias, foi nomeado por Sua Majestade para suceder ao Ilmo. D. Fr. João da Cruz, e confirmada a nomeação pela santidade de Benedito XIV, aos 15 de dezembro de 1745, se trasladou para esta cidade onde chegou no dia 1 de dezembro de 1746; e feita a protestação da fé no dia 5, aos 11 do dito mês mandou tomar posse do bispado pelo reverendo cônego doutoral, o Dr. Henrique Moreira de Carvalho; fazendo a sua pública entrada no dia 1 de janeiro do seguinte ano de 1747.

Sumamente vigilante sôbre o bem espiritual, e temporal dos seus súditos, procurou providenciar quanto foi possível umas e outras necessidades, amigo e conservador da paz, nada omitiu para obstar a tôda a desordem, fazendo que as suas decisões fôssem respeitadas.

Quanto pôde procurou preservar, e defender os lugares dedicados a Deus para o seu culto, e de qualquer irreverência e profanidade.

Atendendo ao bem comum da república, e zêlo do cumprimento das obrigações de cada um dos seus súditos, procurou pelos meios competentes, que êstes satisfizessem os seus ofícios, não só para consigo, mas para cada um dos outros.

Querendo desterrar abusos, ritos gentílicos e supersticiosos, introduzidos nas ações pias e santas, e obstar igualmente as demonstrações de inumanidade com que uns tratavam aos outros seus semelhantes, procurou pelas suas repetidas providências pastorais vedar procedimentos injuriosos à mesma religião.

No zêlo do culto divino foi singular, fazendo crescer e multiplicar, instituindo em tôdas as quaresmas o Lausperene por tôdas as igrejas da cidade, concorrendo êle com avultadas esmolas de cêra para as que eram pobres e necessitadas.

As casas de famílias a quem socorria com liberalidade, as donzelas a quem sustentava e vestia, as viúvas que experimentavam a diminuição das suas necessidades pelo benefício que recebiam da sua vigilante mão, fizeram ser êle o modêlo da caridade, o pai dos pobres, e o redentor da pobreza.

Na prudência foi notável: com generosidade sabia premiar os beneméritos; no castigar os delinquentes sempre pareceu que era pai e não juiz.

Finalizou com universal contentamento a obra do convento de Nossa Senhora da Conceição d'Ajuda, intentada já desde o ano de 1704, e deu princípio ao exercício da clausura.

Os seminários, os recolhimentos, as capelas e igrejas Matrizes se multiplicaram com o seu desvêlo em tôda a extensão da sua diocese. Então mesmo se multiplicaram os bispados de Mariana e S. Paulo divididos dêste.

No interior do mosteiro de S. Bento, mandou edificar um Santuário à sua custa no ano de 1760, para deixar na sua Religião o melhor padrão para sua memória; constituindo-lhe o patrimônio de três mil cruzados em três moradas de casas com a pequena pensão de uma missa pela sua alma, e de uma esmola a três pobres no dia do Destêrro da Senhora.

À sua catedral para a qual sempre olhou com piedosa atenção, fêz várias doações e aplicações de dinheiros; por último repartia com ela, por sua morte os seus bens instituindo-a por sua universal herdeira e a fábrica dela.

Governou esta cidade por falecimento do general Conde de Bobadela, e neste tempo foram as suas providências tão acertadas ainda a respeito da guerra que continuava, que se houve êste povo com total satisfação delas.

Logo que se despojou do govêrno desta capitania, entregando-o ao nôvo Vice-Rei dêste estado, principiou a tratar com maior fervor da salvação da sua alma; e conhecendo a propinquidade da sua morte depois de recebidos os últimos Sacramentos, resignado e conforme à vontade de Deus rendeu a vida entregando nas mãos do mesmo Senhor o seu espírito, aos 5 de dezembro de 1773, tendo de idade 79 anos 5 meses e 22 dias, e de bispo, 35.

Seu sagrado corpo foi levado à sepultura claustral da sua religião Beneditina (como havia pedido em seu testamento), e ali jaz com eterna saudade de tôda esta cidade.

A tôdas as honras funerais assistiu o Ilmo. e Exmo. Marquês do Lavradio, Vice-Rei dêste Estado com todos os ministros, militares da sua côrte, pessoas nobres desta cidade, e o Exmo. Conde de Valadares então chegado do seu Govêrno de Minas Gerais.

O EXMO. E REVMO. D. VICENTE DA GAMA LEAL

Bispo eleito coadjutor, e futuro sucessor dêste bispado presbítero do hábito de S. Pedro. Por motivo das moléstias e pêso de anos, que padecia o Exmo. e Revmo. D. Antônio do Destêrro, requerendo ao Sr. Rei D. José I a necessidade de um coadjutor que o aliviasse do pêso do regime desta diocese, foi nomeado êste prelado no ano de 1755 e confirmado aos 14 das Calendas de agôsto (19 de julho) de 1756 com o título de bispo de Hetalônia.

Não chegou a vir para êste bispado por ser Sua Majestade servido conferir-lhe o lugar de Deão da Real Capela de Vila Viçosa, que ficou ocupando até a sua morte, cujo dia se ignora.

O EXMO. e REVMO. SR. D. JOSÉ JOAQUIM JUSTINIANO MASCARENHAS CASTELO BRANCO

Nomeado para coadjutor e futuro sucessor dêste bispado, no dia 15 de janeiro de 1773, tendo de idade 42 anos, foi confirmado pelo Santíssimo Padre Clemente XIV aos 23 de dezembro do mesmo ano de 1773, e sagrado em Lisboa aos 30 de janeiro de 1774, com o título da Igreja Tipassitanense, ou Tipassa, conservando por

especial graça de Sua Santidade o lugar de Deão desta Sé que antes ocupava, enquanto durasse a sua coadjutoria.

Embarcado no dia 21 de fevereiro de 1774, chegou a esta cidade no dia 16 de abril do mesmo ano. No dia 29 do dito mês feita a protestação da fé, tomou posse dêste bispado como legítimo Bispo dêle, por ter já então falecido seu Exmo. antecessor, por ser procurador o reverendo Cônego Doutoral Paulo Mascarenhas Coutinho, e fêz a sua solene entrada no dia 28 do mês de maio.

Entrando no exercício do seu ministério, e desejoso de apascentar saudàvelmente, ou ministrar o pasto são e livre de tôda a sisania, pela sua pastoral de 11 de março de 1775, chamou a todo o clero secular e regular, para os exames de teologia moral, e para que nesta ciência ficassem instruídos os que se destinam a seguir o estado eclesiástico, instituiu conferências, que por último estabeleceu no Seminário de S. José, debaixo de providências dadas pela sua pastoral de 24 de março de 1781, estabelecendo depois no mesmo seminário aos 21 de julho de 1788 os estudos de filosofia, e de retórica, geografia, cosmologia e História Eclesiástica.

Deu clausura ao nôvo convento de Santa Teresa no dia 15 de junho de 1780 e no dia 16 seguinte presidiu ao respeitável ato da pública entrada das novas candidatas, que professaram as mais velhas, no dia 23 de janeiro de 1781.

Por Breve do Núncio Apostólico dos Reinos de Portugal Vicente Ranuzzi, expedido em Lisboa no dia 27 de julho de 1784, foi nomeado Visitador Geral e Reformador Apostólico dos Religiosos do Carmo, desta província, de cujo lugar tomou posse aos 16 de fevereiro de 1785, e ainda existe no mesmo emprêgo.

Conserva-se neste presente ano regendo o seu Bispado, que o conserva por notórios anos. A Igreja Matriz de S. Sebastião, depois de elevada à dignidade de Sé Catedral e criados os Capitulares de que se devia compor o Romano Cabido dela, foram criadas pelo Sr. Rei D. João 5º (como se vê do seu Alvará de 19 de outubro de 1733) mais três Conesias de Prebenda inteira, qualificadas com os títulos de Doutoral, Magistral, e Penitenciário; e assim mais duas Conesias de meia prebenda, e quatro Capelanias.

No ano de 1733 por Alvará de 30 de maio foi criado o Curato da Sé de natureza colativa, como fica dito; e finalmente no ano de 1750 por Alvará de 9 de dezembro, foi S. Majestade servido

criar mais uma Conesia Paroquial, a qual andaria sempre anexa ao Curato da Sé; mas só com a Côngrua, que já estava a êste concedida, na qual Conesia, por carta de apresentação de 11 do dito mês e ano houve por bem apresentar ao Reverendo Antônio José Malheiros, que já era Cura Colado da mesma Sé; e à dita Conesia se deu a natureza de Prebenda inteira, com assento no lugar, como as mais Prebendas inteiras, pela Carta do Exmo. e Revmo. Bispo D. Fr. Antônio do Destêrro dirigida ao Romano Cabido na data de 19 de novembro de 1759.

Primeiros providos nos Canonicatos:

Deão, o Reverendo Dr. Francisco da Silveira Dias.
Chantre, Dr. João Pimenta de Carvalho.
Tesoureiro-mor, Dr. Clemente Martins de Matos.
Mestre-Escola, Filipe de Barros Neves.
Arcedíago, Dr. Manuel Lourenço da Fonseca.

Primeiros Cônegos de Prebenda inteira:

Os Reverendos:

Amaro Pinheiro.
Antônio Dias.
Manuel da Costa Escobar.
Gaspar Ribeiro Pereira.
João da Veiga Coutinho.
Gregório Caldeira de Melo.
Doutoral, Dr. Henrique Moreira de Carvalho.
Magistral, Manuel de Pinho Cardido.
Penitenciário, Domingos Lopes Antunes.
Cônego Cura, Antônio José Malheiros.

Cônegos de Meia Prebenda:

Os Reverendos:

Jorge Lourenço da Silva.
Melchior Pinto de Abreu.
Inácio de Oliveira Vargas.
Antônio de Barros Cavalcante.

Os primeiros Cônegos que começaram a residir e deram princípio a louvar a Deus na Santa Sé dêste Bispado, cumprindo com as obrigações do Côro, foram o Reverendo Chantre Dr. João Pimenta de Carvalho, o Reverendo Mestre-Escola Filipe de Barros Neves; o Reverendo Arcediago Manuel Lourenço de Carvalho, e os Reverendos Cônegos de Prebenda inteira, Amaro Pinheiro, Antônio Dias, Manuel da Costa Escobar e Gaspar Ribeiro Pereira, em 15 de setembro de 1686, e todos continuaram indefetìvelmente a sua residência amara de seis meses até 15 de março de 1687, em que a concluiram. Os mais Capitulares foram sucessivamente dando princípio a residir, cumprindo igualmente com as obrigações do Côro.

Conservou-se o Reverendo Cabido na Sé Catedral de S. Sebastião até o ano de 1734, no qual, a 23 de fevereiro em virtude do Alvará do Sr. Rei D. João V de 30 de setembro de 1733, se mudou para a Igreja da Cruz. Parece que esta mudança, ou trasladação do Cabido da Igreja de S. Sebastião para a da Cruz, foi por dúvidas que se ofereceram entre os Capitulares, e os oficiais do Senado da Câmara, e não se praticou com muita decência, mas aceleradamente, levando-se a Imagem de S. Sebastião de uma para outra Igreja de noite, e como furtivamente, de sorte que chegou o Governador desta Capitania a dar conta a S. Majestade do fato e também o Senado, da Câmara, de que resultou a Provisão Régia de 14 de dezembro de 1734, na qual mandou S. Majestade estranhar aos Capitulares, que concorreram para a extração da Imagem do Santo, fazer-se por semelhante modo. Com a dita mudança para que se não perdesse de todo a memória daquela antiga Catedral de S. Sebastião, mandou S. Majestade pelo dito Alvará de 30 de setembro de 1733, que se conservasse sempre nela um Capelão, o qual seria obrigado a celebrar missa no altar mor, todos os dias por si, ou por outrem, tendo qualquer impedimento ainda de doença, pelas almas dos Srs. Reis de Portugal, dando-lhe para êsse fim a côngrua, que o mesmo Sr. fôsse servido consignar, como também para a fábrica da dita Igreja, e no dia 27 de janeiro de cada um ano, em que se celebra o oitavário do mesmo Santo, seria obrigado todo o Cabido, Clero, assim Seculares como Regulares a fazer uma procissão solene à dita antiga igreja e cantar nela missa depois de se haver cantado a conventual, e mais ofícios divinos na nova Catedral com a devida solenidade, sem que esta se diminuisse por se haver de cantar outra missa na igreja antiga, ficando nesta forma transferida para o dia 27 de janeiro a procissão, que já era costume fazer-se no dia de São

Sebastião; havendo S. Majestade por muito recomendado ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Prelado, e Cabido que à manhã ou dia todo da procissão fôsse de guarda.

Até o ano de 1757 inclusive se praticou esta ação de manhã conforme a ordem de S. Majestade, mas no seguinte ano de 1758, considerando-se os grandes incômodos, que se seguiam de fazer-se a procissão de manhã por ser o mês de janeiro o de maior rigor do verão neste país, e as horas das 11 para o meio dia em que se praticava, serem as de maior intensão de calor, vindo por esta razão a fazer-se êste ato com menos decência; pareceu ao Reverendíssimo Cabido que seria melhor fazer-se a procissão de tarde, no mesmo dia assinalado, dirigida à mesma antiga Catedral, cantando-se nesta de manhã missa solene com assistência da parte dos Capitulares, que fizessem corpo do Cabido, e dos mais Ministros necessários, e do Senado do Câmara, sem se faltar, contudo, aos ofícios divinos e missa conventual na nova Catedral, como recomendou S. Majestade, e propondo-se esta matéria ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Prelado D. Fr. Antônio do Destêrro, e ao Senado da Câmara, convieram de boa vontade, e assim se entrou a praticar até o presente.

Na referida igreja da Cruz existiu o Revmo. Cabido até o ano de 1737, no qual, na tarde do dia 1 de agôsto com licença e aprovação do Excelentíssimo e Reverendíssimo Prelado D. Fr. Antônio de Guadalupe, se passou processionalmente para a igreja de N. S. do Rosário dos pretos; fugindo à ruína que ameaçava aquêle Templo, a qual não deu lugar a poder recorrer-se antes a S. Majestade, o que logo depois fêz o mesmo Excelentíssimo Prelado, dando-lhe conta de todo êste fato; e não obstante queixar-se a Irmandade dos pretos, sempre S. Majestade pela sua provisão de 3 de outubro de 1739 houve por bem que enquanto se não fazia nova Sé, conservasse o Cabido na igreja de N. S. do Rosário; ordenando e recomendando novamente ao Excelentíssimo Prelado fizesse eleição do sítio capaz para nêle se edificar nova Catedral, sem ser na dita igreja dos pretos, para a qual se inclinavam os mesmos Prelados, o General Gomes Freire de Andrada, e o Brigadeiro José da Silva Pais na conferência que em execução das reais ordens (especialmente a Provisão de 5 de agôsto de 1738) tinham feito em 20 de fevereiro de 1739.

Nesta igreja de N. Senhora existe ainda hoje o Revmo. Cabido, e existirá, enquanto se não acabar a igreja chamada Sé nova, a qual por ordem do Senhor Rei D. João V, de 9 de maio

de 1747 se deu princípio no ano de 1749, lançando-lhe a primeira pedra o Excelentíssimo e Reverendíssimo D. Fr. Antônio do Destêrro em 20 de janeiro, dia dedicado pela Santa Igreja à solenidade do invicto Mártir S. Sebastião. De fato continuou a obra até pôr-se na altura de 20 côvados mais ou menos; porém a urgente necessidade da divisão de limites da nossa Coroa com a de Castela pela parte do Sul (a que se encaminhou o General Gomes Freire de Andrada) fêz converter a despesa da obra para aquela expedição, ficando por êste modo sem continuação, e sem esperança de a ter tão cedo.

Pelas discórdias que tem havido entre a Irmandade do Rosário e os Cônegos, se propuseram êstes pròximamente a fatura de uma pequena obra sôbre as pedras da dita Sé nova, onde com decência pudessem celebrar os Ofícios Divinos, e as mais funções do seu Ministério. De fato deram princípio à dita obra para a qual contribuiram todos os capitulares, e capelães à proporção das suas côngruas, além das esmolas que pediram, e das aplicações, que lhe mandou fazer o Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo, porém tendo-se-lhes acabado o dinheiro parou a obra, e ficam na diligência dos meios para a sua conclusão. (*)

Estado presente da Sé Catedral:

Prelado, o Exmo. e Revmo. Sr. Bispo D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelbranco. No seu Palácio.

Provisor e Vigário Geral, o Reverendo Dr. Francisco Gomes Vilasboas. Ao aljube.

Promotor e procurador da Mitra, o Reverendo Dr. José Rodrigues de Carvalho. Rua do Senhor dos Passos.

Compõe-se o Reverendíssimo Cabido da Sé Catedral desta cidade de 19 Cônegos a saber: 5 Dignidades, 10 Cônegos de prebenda inteira entrando o Cura, e 4 de meia prebenda, os quais pelos estatutos têm voto em Cabido, como os mais capitulares.

DIGNIDADES

Deão, o Reverendo Dr. Francisco Gomes Vilasboas. Ao aljube.

Chantre, vago.

(*) É o edifício do largo de S. Francisco de Paula, em que está hoje (1858) a Escola Militar.

Tesoureiro-mor, o Reverendo Dr. Manuel Henriques Mayrink. Rua da Prainha.

Mestre-Escola, o Reverendo José Coelho Peres. Rua dos Ferradores.

Arcedíago, o Reverendo Miguel José de Azeredo Coutinho. Sucusarará.

Cônegos de prebenda inteira:

O Reverendo Dr. José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo. Rua de S. Pedro.

O Reverendo Filipe Pinto da Cunha, Rua do Ouvidor.

O Reverendo Manuel Bruno de Pina, na mesma.

Magistral, o Reverendo Dr. Joaquim Moreira Mascarenhas, no Seminário de S. José.

Doutoral, o Reverendo Dr. José Rodrigues de Carvalho, Rua do Senhor dos Passos.

Cura, o Reverendo Dr. Antônio Rodrigues de Miranda, Rua do Rosário.

Cura, o Reverendo Roque da Silva Moreira, Rua do Alecrim.

Penitenciário, o Reverendo Dr. João Gonçalves, Rua do Rosário.

Cadeiras vagas, 2.

Cônegos de meia prebenda:

O Reverendo João de Figueiredo Xavier Coimbra, Rua da Candelária.

O Reverendo Joaquim José da Silva Ferreira, Rua Mata Cavalos.

O Reverendo José Filipe da Silva, Arsenal.

Cadeira vaga, 1.

Beneficiados:

Sub-chantre, o Reverendo Antônio Marinho, Rua do Aljube.

Mestre de cerimônias, o Reverendo Francisco da Cruz Soares, Rua da Alfândega.

Sacristão-mor, o Reverendo André Lopes de Carvalho, Rua dos Latoeiros.

Sacristão menor, o Reverendo José Rodrigues Bastos Pereira, Rua da Cadeia.

Capelães de Côro:

O Reverendo Francisco da Cruz Soares, Rua da Alfândega.

O Reverendo André Lopes de Carvalho, Rua dos Latoeiros.

O Reverendo Manuel Gomes dos Santos, na Ilha-Sêca.

O Reverendo Tomás Rodrigues Fortes, Rua dos Ferradores.

O Reverendo Antônio Pedro Monteiro de Drumond, Rua de S. José.

O Reverendo José Luis de Oliveira, Rua das Violas.

O Reverendo José Caetano, Rua dos Ferradores.

O Reverendo João Rodrigues de Aguiar, Santa Rita.

O Reverendo Sebastião dos Reis Saraiva, Seminário de São José.

O Reverendo Félix José, Seminário de S. Joaquim.

O Reverendo José Gomes Sardinha, Rua da Alfândega.

O Reverendo Antônio Marinho, Rua do Aljube.

Quatro meninos por turno do Seminário de S. Joaquim.

Mestre da Capela, o Reverendo José Maurício Nunes Garcia, Rua das Belas Noites. (*)

Organista, o Reverendo José de Oliveira Amaral, detrás do Hospício.

Porteiro da massa, Jacinto Peres, na Conceição.

Sineiro, Matias Nunes da Silveira, na Tôrre da Sé.

Mestres de cerimônias do Exmo. e Revmo. Bispo Diocesano:

O Reverendo Manuel dos Santos e Sousa, no palácio do Sr. Bispo.

O Reverendo Manuel da Graça e Sousa, no mesmo.

O Reverendo João Francisco Braga, Rua Direita.

(*) Marrecas e hoje Barão do Ladário (1900). (V, Fazenda).

CÂMARA ECLESIÁSTICA

Provisor e Juiz dos casamentos e Genere, o Reverendo Doutor Francisco Gomes Vilasboas, no Aljube.

Promotor e procurador da Mitra, o Reverendo Dr. José Rodrigues de Carvalho, Rua do Senhor dos Passos.

Escrivão, o Reverendo Manuel dos Santos e Sousa.

Escrivão do Registro, Estêvão José Coimbra, Rua do Cano.

Escriturário, Jacinto Ferreira da Silva, S. Joaquim.

Escriturário, Joaquim José Viana, Rua de S. Bento.

Escriturário, Luís Mendes Gonzaga, Rua Direita.

Contador, o Reverendo Manuel da Graça e Sousa.

JUÍZO DO RESÍDUO E CONTENCIOSO

Juiz, o Reverendo Dr. Francisco Gomes Vilasboas, no Aljube.

Escrivão, Luís de Abreu Fróis, Rua dos Pescadores.

Solicitador, Luís José de Abreu, na mesma.

Porteiro dos auditórios, Vicente de Pina, Rua da Prainha.

Contador, inquiridor e distribuídor, Luís José de Vasconcelos, Rua dos Pescadores.

Meirinho geral do Bispado, Antônio José da Costa Silva, Rua de S. Pedro.

Escrivão do dito, João Manuel de Sousa Araújo, Rua dos Ferradores.

Carcereiro, João da Costa Freitas, no Aljube.

FREGUESIAS DA CIDADE, MOSTEIROS, CONVENTOS, RECOLHIMENTOS, SEMINÁRIOS E IGREJAS

FREGUESIAS

Sé Catedral

(Existe na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos por ordem do Sr. Rei D. João V desde 1 de agôsto de 1737).

Cônego Cura, o Reverendo Dr. Antônio Rodrigues de Miranda, Rua do Rosário.

Coadjutor, o Reverendo Manuel Afonso Costa, Rua do Ouvidor.

Dito pago pelo Cura, o Reverendo Antônio Teixeira de Sousa, Largo do Bom Jesus.

Candelária

O fundador desta Igreja foi Antônio Martins da Palma, de nação espanhola, natural de uma das ilhas Canárias chamada a Palma; o qual, navegando das Índias de Espanha para a sua Pátria, lhe sobreveio uma tempestade, que por muitas vêzes se considerou perdido, vendo-se tão próximo a uma restinga de pedras, e neste conflito, implorando o socorro da Senhora da Candelária, prometeu erigir-lhe uma Igreja na primeira terra povoada onde aportasse. Livre daquele perigo, continuava a sua derrota; porém o mau estado em que a tormenta tinha deixado a embarcação, lhe fêz tomar o prudente acôrdo de arribar a esta Cidade, na qual se deixou ficar, estabelecendo-se com o cabedal que trazia, e cumprindo logo a promessa que havia feito.

No ano de 1639, com beneplácito de sua mulher Leonor Gonçalves, doou a dita Igreja à Santa Casa da Misericórdia, com várias condições de sufrágios por si, e a dita sua mulher. Aos 12 dias do mês de setembro do dito ano, sendo Provedor da Misericórdia Salvador Correia de Sá e Benevides, com unânime consenso dos Irmãos de mesa, cedeu a referida Igreja ao vigário João Manuel de Melo, o qual se obrigou a guardar e cumprir as condições declaradas na pública escritura, que se lavrou na presença do dito vigário, e de tôda a Mesa. Passados muitos anos foram abolidas as ditas condições, e só existe hoje a da casa que deve ter o Vigário para nela se guardarem as tumbas da Misericórdia.

Por faltarem os principais documentos, não posso fixar a época da criação desta Igreja em matriz, porém vendo-se os livros de batismo da freguesia de S. Sebastião desta cidade, aí se achará argumento para descobrir a aproximação da sua criação; porque no livro segundo da dita freguesia, se acham alguns assentos de batismo feitos pelo vigário João Pimentel, quando ao certo não consta que êle fôsse vigário da freguesia de S. Sebastião, antes,

pelo tempo em que se acham feitos aquêles batismos, é muito certo serviam de Vigários outros sujeitos.

Em 30 de setembro de 1628, em que foi feito o primeiro assento, era Vigário o Reverendo Francisco Gomes da Rocha; e êste serviu até os princípios de 1629, e em todo o ano de 1629 serviu o Reverendo Manuel Alves e daí por diante o Reverendo Manuel da Nóbrega. Logo não podia servir de Vigário o Reverendo João Pimentel por êsses mesmos tempos nesta Igreja, e se êle era então Vigário não podia ser em outra Igreja que não fôsse a da Candelária; porque nenhuma havia nesse tempo além destas duas. A razão de se não achar memória de seu nome e de seu sucessor, é pela falta de muitas folhas com que se acham os livros primeiros da freguesia da Candelária.

Em consequência desta exposição assinalamos a época da criação desta freguesia antes do ano de 1628, e dela se deverá considerar primeiro Pároco o mesmo Reverendo João Pimentel, que parece não excedeu ao dito ano.

Vigário colado, o Reverendo Joaquim José da França, Rua do Sabão.

Coadjutor, o Reverendo D. Alexandre Fidélis, Rua de São Pedro.

S. José

A Igreja de S. José foi fundada por Egas Moniz, o qual não a podendo conservar com a decência precisa, convocou a doze devotos dêste Santo para principiarem uma confraria, doando-lhes a dita Igreja na qual erigiram a irmandade que existe hoje, aumentando o templo, e tôdas aquelas coisas conducentes para a conservação dêle, e da mesma confraria. Em 30 de janeiro de 1751 foi esta Igreja ereta em freguesia por provimento de S. Majestade, de 9 de janeiro de 1749.

Vigário colado, o Reverendo Inácio Pinto, junto à freguesia.

Coadjutor, o Reverendo Antônio Rodrigues Estimado, Rua da Cadeia.

Santa Rita

O fundador desta Igreja foi Manuel Nascentes Pinto, para a qual concorreram com esmolas vários moradores desta cidade.

Por provimento de S. Majestade de 9 de janeiro de 1749, foi ereta em freguesia a 30 de janeiro de 1751.

Vigário colado, o Reverendo Dr. Antônio José Correia.

Coadjutor, o Reverendo Manuel Antunes.

MOSTEIROS, CONVENTOS, RECOLHIMENTOS

Memória da fundação do Mosteiro de S. Bento nesta cidade, extraída do seu arquivo

Os fundadores dêste Mosteiro foram os Padres, Fr. Pedro Ferraz e Fr. João Porcalho, vindos da Bahia em outubro de 1589.

Por ordem do Governador Salvador Correia de Sá, o Velho, se recolheram em uma ermida de Nossa Senhora do O, que nesse tempo estava onde hoje existe o convento do Carmo. Ali se detiveram pouco tempo os fundadores; porque em 25 de março de 1590, Diogo de Brito de Lacerda lhes doou o terreno, que ocupa o Mosteiro, cêrca, horta, rua da Prainha, até o morro da Conceição, e Aleixo Manuel, o velho, que com beneplácito do dito Diogo de Brito de Lacerda, havia edificado em terras suas (no morro em que existe o Mosteiro) uma capela de Nossa Senhora da Conceição, a doou aos ditos Padres fundadores; e em 13 de maio de 1596 o confirmou com sua mulher por escritura com data à Fábrica, e mais bens, e como legado que se cumpre. Para a dita capela se mudaram os Padres e nela assistiram, dando princípio à fundação do seu mosteiro. Pelos anos de 1602 a instâncias de D. Francisco de Sousa, passando por esta cidade a promover o descobrimento de Minas, mudaram os Religiosos o título da Padroeira que era da Conceição, em Monserrate; colocando a imagem da Senhora da Conceição em Altar colateral, onde se lhe dedicam os devidos cultos, em prepétua lembrança dos seus princípios e cabal cumprimento da devoção dos primeiros doadores.

Prelados:

Provincial, Fr. Vicente de S. José.

D. Abade, Fr. Luciano do Pilar.

Prior, Fr. João da Madre de Deus França.

Memória da Fundação do convento de Nossa Senhora do Carmo desta cidade, extraída do seu arquivo

Em virtude das reais ordens do Sr. Rei e Cardeal D. Henrique, expediu o Reverendíssimo Padre Mestre Fr. Simão Coelho comissário geral na província do Carmo do Reino de Portugal, e o Reverendo Padre Fr. Pedro Viana, com outros Religiosos para missionarem nestas conquistas do Brasil, concedendo-lhes juntamente por uma patente lavrada na cidade de Beja em 28 de novembro de 1587, o poder fundar conventos, e estender a religião do Carmo por estas mesmas conquistas. De fato o dito Padre comissário Fr. Pedro Viana, depois de ter fundado o convento do Carmo da Vila de Santos, passou para esta cidade, e no ano de 1590 fundou êste convento do Carmo em terras doadas, com uma capela de Nossa Senhora do O', pela Câmara. Fêz-se esta fundação no reinado de Filipe 2º de Castela, quando injustamente empunhava o Cetro Português. Presentemente se acha esta religião sem os Prelados competentes, por existir ainda a reforma.

Prelados:

Reformador, o Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Diocesano.

Presidente, o Reverendo Padre Mestre Dr. Fr. João de Santa Teresa.

Memória da fundação do convento de Santo Antônio, extraída do seu arquivo

A instâncias dos Governadores e Câmara desta cidade, mandou o Padre Custódio, Fr. Leonardo de Jesus que se achava no convento de Pernambuco, aos Padres Fr. Antônio dos Mártires e Fr. Antônio das Chagas em 22 de outubro de 1606, enquanto êle não vinha para dar princípio a esta fundação.

Chegados êstes dois religiosos, lhes destinaram para sua moradia o sítio de Santa Luzia, e ali estiveram até a chegada do Padre Custódio, que foi a 20 de fevereiro de 1607, trazendo em sua companhia aos Padres Fr. Vicente do Salvador, Fr. Estêvão dos Anjos, Fr. Francisco de S. Brás e Fr. Francisco da Cruz, que se hospedaram na Santa Casa da Misericórdia, onde se demoraram até o dia dos Prazeres, em que se passaram para a ermida de Santo Antônio nas casas de Fernando Afonso.

Não achando a propósito o Padre Custódio aquêle sítio de Santa Luzia, para fundação do nôvo convento, representou os inconvenientes que haviam ao Governador, que era então Martim de Sá, e aos oficiais da Câmara, os quais de unânime consenso doaram os Religiosos o monte em que existem, de cuja doação se passou uma escritura pública, aos 9 dias do mês de abril de 1607. Concluída e ratificada esta doação, cuidou logo o Padre Custódio com os seus frades em pôr mãos à obra do nôvo convento, para o que fizeram primeiramente uma pequena Igreja com cômodos para sua interina habitação ao pé da ladeira, e nela com tôda a solenidade se disse a primeira Missa no dia 4 de outubro de 1607.

A 4 de junho do seguinte ano de 1608, véspera de Corpus Christi se lançou a primeira pedra para a Igreja do nôvo convento de Santo Antônio, pelo administrador eclesiástico Mateus da Costa Aborim, o Capitão Mor Governador desta cidade, Afonso de Albuquerque, Martim de Sá seu antecessor, o Padre Reitor do colégio Pedro de Toledo, e o Padre Martins Fernandes, Vigário da Igreja Matriz de S. Sebastião.

Aos 7 de fevereiro de 1615, se passaram os Religiosos para o seu nôvo convento, e logo no dia seguinte 8 do dito mês se disse a primeira Missa na Igreja nova, que ainda estava por acabar; e no dia de Nossa Senhora da Conceição, 8 de dezembro de 1616, se disse a primeira missa na capela mor da dita Igreja.

Prelados:

Provincial, Fr. Joaquim de Jesus Maria Brados.

Guardião, Fr. José Carlos de Jesus Maria do Destêrro.

Memória dos primeiros Religiosos Capuchinhos que vieram a esta cidade, e dos acontecimentos que houveram a seu respeito até a fundação do hospício em que hoje existe, extraída do seu arquivo

A instâncias do Sr. Rei D. João IV vieram alguns Religiosos Capuchinhos Franceses para várias partes do Brasil, encarregados da conversão dos Índios. Dêstes Religiosos passaram dois para esta cidade no ano de 1659, aos quais se destinou a capela da Conceição hoje pertencente ao palácio dos Exmos. Prelados, para sua residência. Passados alguns anos chegaram mais cinco Religiosos também franceses, os quais com os que já existiam se foram empregando por êstes sertões na redução dos Gentios, por

cujo motivo no ano de 1681 se lhes deu por ordem de Sua Majestade, 80$000 rs. para adiantamento das aldeias que tinham formado para os índios já catequizados.

Neste e em outros semelhantes exercícios se ocupavam, quando Sua Majestade proibiu a vinda de Religiosos estrangeiros para as conquistas do Brasil, permitindo também a retirada àqueles que quisessem ir para a Europa. Com êste motivo se retiraram uns a tempo que outros já eram mortos, de forma que em 1701 só existia Fr. Mateus que no mesmo ano se recolheu à sua província.

Em 1720 sairam de Lisboa dois Religiosos desta mesma Ordem para a Ilha de S. Tomé, e, não podendo a embarcação tomar aquêle pôrto, vieram a esta cidade sendo então Governador dela Aires de Saldanha, que os fêz hospedar na antiga Conceição, persuadindo-os que ficassem nesta cidade como ficaram.

Naquele sítio existiram até o ano de 1725 por ordem de Sua Majestade, porém tendo chegado o Ilmo. Bispo D. Fr. Antônio de Guadalupe, e recolhendo-se ao seu palácio da Conceição, se retiraram os ditos Religiosos para o Hospício (hoje dos homens pardos libertos) que nesse tempo era uma pequena Igreja, fundada pelos Terceiros de S. Francisco, quando por justos motivos se separaram dos frades de Santo Antônio.

Pouco tempo se demoraram neste lugar por causa da má acomodação que havia, e representando isto mesmo ao Governador e ao Prelado, os mandaram recolher à Igreja de Nossa Senhora do Destêrro, até que finalmente mandou Sua Majestade o Sr. Rei D. João V que à custa da sua Real Fazenda se fundasse um hospício com os cômodos precisos, e se entregasse aos Missionários Capuchinhos para sua residência.

Concluído o hospício foram chamados o Prefeito e mais Religiosos, e na presença do General e Governador Gomes Freire de Andrada, e das pessoas mais condecoradas desta cidade lhes foi dada a posse pelo Provedor da Fazenda Real no ano de 1742.

Prelados:

Prefeito, Fr. Vitório Campiasque.

Memória da fundação do Hospício de Jerusalém, extraída do arquivo do mesmo Hospício

Por ordem do Sr. Rei D. João V dirigida ao General Gomes Freire de Andrada, se fundou o Hospício de Jerusalém no dia 18

de junho de 1735 para nêle se recolherem os Religiosos Leigos que se empregam nas esmolas para os Santos Lugares de Jerusalém, tanto os desta capitania como os de Minas Gerais, Goiás, Cuiabá e Mato Grosso, quando são mandados de Portugal para as ditas capitanias e voltam delas para o Reino.

O Religioso que assistiu a esta fundação foi o Leigo Fr. Manuel de Santo Antônio.

Vice-Comissário atual, Fr. José Passos de Arêas.

Memória da fundação do Convento das Freiras de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, extraída do seu Arquivo

Até o tempo da fundação dêste convento se conservou uma pequena Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, sita no princípio da Rua dos Barbonos, constando que foram das primeiras que se erigiram nesta cidade, ignora-se o seu fundador, e o ano em que se deu princípio a êste pequeno edifício. Também consta que na éra de 1600 fôra reedificada, e que até certo tempo fôra a Santíssima Virgem bem servida daqueles moradores, distinguindo-se entre êles os cristãos novos com os religiosos cultos que tributavam à Senhora, e com um solene Jubileu que alcançaram de Roma, com o qual chamavam à sua celebridade os povos circunvizinhos; porém, conhecendo-se depois a sua maldade, e que todos aquêles obséquios eram dedicados particularmente a uma certa Maria de Judá, se diminuiu aquêle antigo e frequente concurso.

O Ilmo. D. Fr. João da Cruz, Bispo desta cidade naquele tempo deu princípio à fundação dêste Convento da Ajuda para o qual já havia licença obtida pelo Ilmo. Bispo D. Francisco de S. Jerônimo e Câmara desta cidade. Com a vinda do Exmo. e Revmo. Bispo D. Fr. Antônio do Destêrro se demoliu a referida Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, continuando a fatura do convento, ao qual deu o título de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda e juntamente as imagens, com tôda a fábrica da mesma Igreja. Também aplicou para êste convento um legado que José Serrão e Manuel do Rosário haviam deixado a Nossa Senhora da Ajuda em terras onde hoje tem engenho de fazer açúcar nos Campos de Goitacazes as mesmas Religiosas com a obrigação de se lhe mandar dizer uma Missa todos os Domingos e dias Santos no Altar de Nossa Senhora da Ajuda, e assim mais cinqüenta e duas Missas por ano.

Concluída a obra do convento, vieram da Bahia quatro Religiosas de Santa Clara para insinuarem a forma da observância da regra, que principiou no dia 3 de maio de 1750, e em que tiveram clausura e noviciado as novas candidatas.

Aos 28 de maio de 1751 foram eleitas as Madres, que tinham vindo da Bahia, Abadessa a Madre Maria Leonor do Nascimento, Vigária a Madre Catarina dos Anjos, Porteira Mor a Madre Francisca Custódio das Chagas.

Preladas:

Abadessa, a Madre Ana dos Querubins.

Vigária, a Madre Helena Maria da Cruz.

Memória da fundação da Igreja da Nossa Senhora do Destêrro, na qual se fundou o convento das Freiras de Santa Teresa

No próprio lugar em que hoje vemos a fundação dêste convento erigiu Antônio Gomes do Destêrro uma Igreja a Nossa Senhora do Destêrro, doando-lhe as terras e escravos, que possuía naquele monte para ser seu patrimônio.

Não se descobre o ano da sua fundação, e só acho que já existia no de 1629 pelo legado de 16$000 que lhe deixou por sua morte o Reverendo Dr. Mateus da Costa Aborim, Prelado Administrador Eclesiástico desta capitania, tendo falecido em fevereiro do dito ano. Em o dia 24 de junho de 1750 teve princípio nesta Igreja a fundação do convento de Santa Teresa pela forma seguinte.

Jacinta de S. José e sua irmã Francisca de Jesus, naturais desta cidade, tendo obtido as licenças necessárias, fundaram à sua custa no ano de 1742 a capela do Menino Deus, que ainda existe na Rua de Mata-Cavalos, e uma casa na qual viviam com forma regular. A estas duas mulheres se foram agregando outras até o número de doze; e como êste gênero de vida era o seu maior empenho e desejo, rogaram ao General e Governador desta capitania Gomes Freire de Andrada, as quisesse ajudar na fundação de um Convento em cuja clausura desejavam observar a regra de Santa Teresa. Não duvidou a esta súplica, o ânimo pio do General, e tomando a si a fatura do convento, o mandou erigir no próprio lugar, onde existia a antiga Igreja da Senhora do Destêrro.

No dia 24 de junho de 1750, se benzeu e lançou a primeira pedra para o nôvo edifício, assistindo a esta primeira ação as futuras Religiosas por particular obséquio ao seu benfeitor que estava presente. A 24 de junho do seguinte ano de 1751 se recolheram as futuras Religiosas ao nôvo convento, onde já havia suficiente acomodação, e nêle foram regularmente vivendo até que chegou o Breve e regra de Santa Clara como as da Madre de Deus do Convento de Lisboa.

Com o motivo de não vir o dito Breve com a regra de Santa Teresa conforme desejavam e tinham rogado, embarcou-se a Madre Jacinta ocultamente para Lisboa, e, suplicando ao Sr. Rei D. José a sua pretensão, mandou o mesmo Senhor em Alvará de 27 de setembro de 1755 expostular o Breve para Santa Teresa.

Com esta nova graça se recolheu a Madre Jacinta a esta cidade, trazendo o Breve expostulado, porém como tôdas as dúvidas, e embaraços emanaram de quem devia cumprir; veio por isso a não ter execução. A êste desgôsto seguiu-se passados alguns anos outro maior, que foi a morte do seu protetor, acontecendo o mesmo à Madre Jacinta, no dia 2 de outubro de 1768, sem conseguir o desejado fruto do seu trabalho.

Nesta inação se conservaram as futuras Religiosas muitos anos, até que finalmente concluída a vida do Excelentíssimo Prelado principiaram a viver como apeteciam por especial graça da Augusta Rainha N. Senhora, confirmando-lhes a licença que El-Rei seu Pai lhes havia concedido, e juntamente do patrimônio que tem por Decreto de 11 de outubro de 1777.

Tendo saído as novas candidatas do Convento da Ajuda acompanhadas do Ilmo e Revmo. Sr. Bispo, em forma procissional, se recolheram ao seu convento e nêle se lhes deu clausura no dia 15 de junho de 1780, e no dia 16 vestiram canônicamente os hábitos.

No dia 23 de janeiro de 1781 professaram as que tinham 20 anos de recolhimento. Ratificaram estas as suas profissões; e no dia 19 de julho do dito ano professaram as outras. No dia 20 tomaram o véu e nomearam Priora a Madre Maria da Encarnação, que até aquêle tempo as tinha regido desde o falecimento da Madre Jacinta de S. José.

Preladas:

Priora, a Madre Maria de S. José.

Sub-Priora, a Madre Inácia Catarina.

Memória da fundação da Igreja e recolhimento de N. Senhora do Parto, extraída do Santuário Mariano, Tom. 40, Liv. 1º, pág. 20

A Igreja de N. Senhora do Parto foi fundada na éra de 1653 por João Fernandes Mulato, natural da ilha da Madeira, e depois reedificada pelos clérigos quando nela existia a irmandade de S. Pedro.

No ano de 1752 deu princípio à fundação do recolhimento o Exmo. e Revmo. Bispo D. Fr. Antônio do Destêrro, no qual logo que houveram acomodações se recolheram algumas convertidas, conservando-se com vida regular até o ano de 1788, em que o Ilmo. e Exmo. Sr. Luís de Vasconcelos e Sousa, Vice-Rei dêste Estado, cheio de fervorosa devoção, se empenhou na grande obra da reedificação, e aumento dêste edifício, o qual ainda não estava totalmente concluído, quando desgraçadamente foi reduzido a cinzas pelo incêndio em que se abrasou no princípio do dia 23 de agôsto de 1789, salvando-se a Imagem de N. Senhora e parte do nôvo Recolhimento. Na ocasião daquele conflito se viram as ilustres qualidades dêste herói, e as singulares virtudes de que era ornado o seu espírito nas prontas e acertadas providências, que deu para a cautela e recato das recolhidas, que fêz conduzir com tôda a decência para o hospital dos Terceiros de S. Francisco, cuidando ao mesmo tempo com incessante desvêlo, em atalhar, e extinguir o incêndio, do qual ainda haviam restos quando êle já distribuía as competentes ordens para a segunda e nova reedificação, a qual se propôs com duplicado empenho, concluindo-a no curto espaço de três meses e dezessete dias que se completaram a 8 de dezembro do mesmo ano de 1789.

Na tarde do mesmo dia foi o Exmo. Sr. ao dito hospital onde se achava com tôda a decência a Santíssima Imagem da Senhora do Parto com as Recolhidas, e acompanhado das pessoas mais condecoradas desta cidade em forma processional conduziu a Imagem da Senhora e as Recolhidas para a sua antiga morada, na qual se celebraram no seguinte dia com muita grandeza os divinos cultos e religiosos festejos em ação de graças.

Regente, D. Joana Isabel.

Porteira, Justina Maria de Jesus.

Memória da fundação do recolhimento instituído na casa da Misericórdia para Meninas Órfãs Pobres e Porcionistas

Em 15 de outubro de 1739, se lançou a primeira pedra para a fundação dêste recolhimento que estabeleceram os primeiros fundadores Marçal de Magalhães Lima, e o capitão Francisco dos Santos, concorrendo para esta obra pia com 52.000 cruzados, a saber 20 para a obra do recolhimento e 32 para patrimônio de 15 órfãs de número e sua regente que do seu rendimento se deveriam sustentar.

Regente, Antônia Francisca da Conceição.
Mestra de costura, Ana Teresa.
Porteira, Ana Inácia Xavier.

Administradores dêste recolhimento:

Escrivão, João José Coelho.
Tesoureiro, Jerônimo Teixeira Lobo.
Procurador, João Alves da Cunha.

SEMINÁRIOS

PARA INSTRUÇÃO DA MOCIDADE QUE SE DEDICA AO ESTUDO ECLESIÁSTICO

S. José

Foi instituído em 3 de fevereiro de 1739 pelo Ilmo. Bispo desta Diocese D. Fr. Antônio de Guadalupe; e o Senhor Rei D. João V, por ordem de 27 de outubro de 1735 lhe fêz doação para seu patrimônio dos bens da capela de N. Senhora do Destêrro, que por serem de capela vaga tinham caído na Coroa, dando-lhe mais os réditos que tivessem produzido os ditos bens desde que estavam na Coroa, para construção do mesmo seminário, ficando êste obrigado a mandar celebrar uma Missa todos os sábados de Nossa Senhora.

Superiores atuais:

Reitor, o Cônego Magistral Joaquim Maria Mascarenhas.
Vice-Reitor, o Reverendo Bento Cortês de Toledo.
Mestre de Filosofia, o Reverendo Fr. Antônio de Santa Úrsula Rodovalho.

Mestre de Moral, o Reverendo João Francisco Braga.

Mestre de Gramática, o Ordenando Florêncio Alves de Macedo.

S. Joaquim

Foi instituído pelo Ilmo. D. Fr. Antônio de Guadalupe Bispo desta Diocese para instrução de meninos órfãos, e pobres. Formou institutos à imitação do colégio de Órfãos do Pôrto com a cláusula de que seriam aqui admitidos por êles e seus sucessores, feitas as diligências de genere para que só se admtiam os de limpo sangue e geração, tendo mestres de gramática latina, música e cantochão para depois seguirem o estudo que lhes pedir a sua vocação. Para isto mandou o mesmo instituidor comprar um terreno contíguo à Igreja de S. Pedro, onde existiram os seminaristas por alguns anos, porém como pela sua pequenez viviam oprimidos, comprou-se êste em que presentemente se acham anexos à Igreja de S. Joaquim principiada aos oito dias do mês de agôsto de 1758 por Manuel de Campos Dias com esmolas que adquiriu.

Superiores atuais:

Reitor, o Reverendo Bernardo Leite Pereira.

Vice-Reitor, o Reverendo Antônio Duarte Carneiro.

Mestre de Música, o Reverendo José de Oliveira.

Mestre de Cantochão, o mesmo Reitor.

N. Senhora da Lapa

O fundador dêste seminário foi o Reverendo Missionário Angelo de Sequeira. No ano de 1751 se lançou a primeira pedra para fundação da igreja e seminário no terreno que lhe doou o Capitão Antônio Rabelo, e os devotos de N. Senhora concorreram com esmolas para a fatura de tôda esta obra que se fêz sem ônus ou condição alguma.

Superiores atuais:

Reitor, o Reverendo Henrique João Leite.

Vice-Reitor.

Mestre de Gramática, João Batista.

IGREJAS COM RENDIMENTOS CERTOS PARA NELAS SE REZAREM AS HORAS CANÔNICAS

Candelária

Manuel Pinto Duarte e sua mulher Antônia de Abreu, foram os instituidores dêste côro no ano de 1724, doando 40.000 cruzados à irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia da Candelária para na dita Igreja e capela do Santíssimo se rezarem com mais solenidade as horas canônicas de manhã e de tarde ficando ao arbítrio da dita irmandade a escolha e nomeação dos Sacerdotes Capelães para êste exercício; assim como também o ordenado que deveriam ter conforme os seus empregos no dito côro; com obrigação porém de rezarem os ditos Capelães todos os dias de manhã e de tarde no mesmo côro um Memento cantado pelas almas dêles doadores e de Antônio Duarte Velho, primeiro marido da doadora, no dia de Todos os Santos uma Missa cantada pelas almas dos mesmos doadores e do dito Antônio Duarte Velho. A êstes instituidores se seguiram outros devotos, aumentando o número dos Sacerdotes para o mesmo exercício que até hoje se contam 15 Capelães.

Presidente, o Reverendo Vigário Joaquim José de França.

Vigário do côro, o Reverendo Jerônimo Pereira Pina.

Sacristão mor, o Reverendo João Maciel de Araújo.

Mestre de cerimônias e Prioste, Reverendos:

Gervásio Machado.
João Correia da Silva.
Manuel Gonçalves de Carvalho.
Francisco Feliciano da Rocha.
Pedro Luís de Mendonça.
Manuel Antônio de Sousa Neto.
Francisco Nascentes.
Felisberto Coelho da Silva.
Francisco Antônio de Oliveira.
Manuel Fernandes Leal.
Bernardino de Ataíde.
1 dito vago.

S. Pedro dos Clérigos

O côro de S. Pedro foi instituído por Manuel Vieira dos Santos assistente em Minas Gerais, dando 40.000 cruzados de que se lavrou escritura aos 2 de agôsto de 1764, e por ela se determinou que fôssem chamados seis sacerdotes para dar princípio e estabelecer o côro, e neste estado se conservou até o tempo em que o Cônego Manuel Freire aumentou mais uma cadeira, com esmola que deu para isso em 1770, e Melchior Soares de Aguiar aumentou mais outra por sua morte em 1790 que todos fazem o número de oito.

Capelães:
Presidente, o Reverendo Dr. Inácio Rodrigues Portela.
Vigário do côro, o Reverendo Manuel de Barcelos.
Prioste, o Reverendo Plácido Mendes Carneiro.
Mestre de cerimônias, os Reverendos:
Matias Barbosa Ferreira.
Manuel Pinto.
Simão Sodré.

Minoristas:

José Inácio.
José Xavier.

Misericórdia

O Côro da Misericórdia foi instituído em 22 de fevereiro de 1704 por Inácio de Andrade Souto Maior e Manuel Pinto dos Santos, os quais deram em dinheiro e bens de raiz a quantia de 11:737$545 réis. A êstes benfeitores se seguiram mais sete, dando para o mesmo fim 3:208$330 réis, com a condição de haverem capelães; regulando-se o dito côro com a mesma forma e regimento que se observa no côro da Sé desta cidade.

No fim de Completas são obrigados a cantar um Memento pela alma do instituidor Manuel Pinto dos Santos e a oração *Deus venia largitor* pelos mais instituidores, além das missas anuais. Presentemente se diminuiram dois capelães, e existem onze.

Capelães:

Presidente, o Reverendo Manuel da Silva Campelo.
Vigário do côro, o Reverendo Francisco de S. Ana Barros.
Mestre de cerimônias, o mesmo.
Prioste, o Reverendo José da Fonseca Escobar.

Os Reverendos:

Cristóvão Martins Pinheiro.
Anastácio Ferreira da Cruz.
João Antônio Campelo.
Francisco de Paula Ferreira.
Francisco de Paula Bernardes.
Elias da Silva de Carvalho.
João Simões da Fonseca.

Moços do côro:

Domiciano Joaquim Ribeiro.
Rogério Antônio.
Antônio do Bom Sucesso.
Joaquim Lopes Carneiro.
Porteiro da massa, José Airão.

Notícia da fundação da S. Casa da Misericórdia, extraída de algumas memórias do seu arquivo

Como no arquivo desta casa se não acham documentos, que mostrem decisivamente a época da sua fundação, citarei o requerimento que o Provedor, e mais irmãos fizeram a Sua Majestade, e juntamente o Alvará pelo qual lhes foram concedidos os privilégios, e regalias da Casa da Misericórdia de Lisboa, que sem embargo de não corresponder à data do dito Alvará ao do cumpra-se que teve nesta cidade, contudo devo supor engano de quem o lavrou porque computando a éra da fundação da cidade em 1567 com a do cumpra-se do Alvará em 1630, vem-se a conhecer que são (com pouca diferença) os 60 anos da posse que alegam no requerimento, e daqui infiro que a criação desta casa principiou logo depois da fundação da cidade em 1568 ou em 1569, porque a diferença que há seria demora que teve o requerimento em ir a Lisboa e voltar.

«Dizem o Provedor e Irmãos da Santa Casa da Misericórdia da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, partido do Brasil, que há sessenta anos tem feito casa com seu hospital para enfermos, sacristia, palratório, e é uma das boas da costa e a algumas faz vantagem notável com sempre ter sua irmandade, guardando o compromisso, fazendo muitas esmolas, casando órfãs, e dando suas ordinárias todos os sábados, conforme a possibilidade da terra; e porquanto até agora não tem provisão para ser Misericórdia. Pede a V. Majestade lhe mande passar provisão para que aquela casa

possa gozar de todos os privilégios e graças, honras e liberdades que tem e gozam as casas desta cidade de Lisboa, e a da vila de Setúbal, e as mais dêste reino, e receberá mercê».

«Eu El-Rei faço saber aos que êste Alvará virem, que havendo respeito ao que na petição atrás escrita dizem o Provedor e Irmãos da Santa Misericórdia da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro partes do Brasil, e vistas as causas que alegam, hei por bem e me praz que êles possam gozar e usar de tôdas as provisões e privilégios concedidos à Casa da Misericórdia desta cidade de Lisboa, e isto naquelas coisas em que se lhes poderem aplicar: e mando às justiças a quem êste alvará fôr mostrado, e o conhecimento pertencer o cumpram como nêle se contém, o qual hei por bem que valha como carta feita em meu nome por mim assinada, sem embargo da ordenação do 2º L. tt. 40 em contrário, João Feio o fêz em Lisboa a 8 de outubro de 1605. Duarte Corrêa o fêz escrever. — Rei. Alvará porque V. Majestade há por bem que o Provedor e Irmãos da Santa Misericórdia da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, possam gozar e usar de tôdas as provisões e privilégios concedidos à Misericórdia da cidade de Lisboa, e aquelas coisas em que se lhes podem aplicar. Para V. Majestade ver:

Cumpra-se esta provisão de S. Majestade assim como nela se contém. André Gauzão Meneses, Juiz dos Órfãos. — Cumpra-se como nela se contém. Rio de Janeiro, 13 de agôsto de 1630. Pedro Homem Albernaz. — Cumpra-se. Administrador. — Cumpra-se, o Provedor Duarte Correia Vasqueanes».

Estado presente da Irmandade da Misericórdia

Provedor, o Ilmo. e Exmo. Sr. Conde Vice-Rei.
Escrivão, o Tenente-Coronel José Caetano de Araújo.
Tesoureiro, João de Sequeira Costa.
Sacristão mor da casa, o Reverendo Pedro Luís da Silva.
Mordomo nobre dos prêsos, o Brigadeiro José da Silva Santos.
Companheiro do dito, Francisco Xavier de Matos.

IGREJAS QUE HÁ NESTA CIDADE

Santo Antônio, Convento de Frades.
N. Senhora da Ajuda, Convento de Freiras.
Santa Ana.
Bom Jesus do Calvário.

S. Bento, Mosteiro.
Carmo, Convento de Frades.
Conceição do Bispo.
Conceição do Aljube.
Conceição do Cônego, Rua do Sabão.
Carmo, Ordem Terceira.
Santa Cruz dos Militares.
Candelária, Freguesia.
Colégio de Santo Inácio, Castelo.
S. Domingos, dos Pretos.
Santa Ifigênia, dos Pretos.
S. Francisco das Chagas, Ordem Terceira.
S. Francisco de Paula, Ordem Terceira.
S. Francisco da Prainha.
S. Gonçalo Garcia.
S. José, Freguesia.
N. Senhora da Glória.
Hospício de Jerusalém, Frades.
Hospício dos Barbonos, Frades Capuchos.
Hospício da Conceição, Rua do Rosário.
S. Joaquim, Seminário.
N. Senhora dos Mascates, Lapa.
N. Senhora da Lampadosa.
N. Senhora do Livramento.
N. Senhora da Lapa do Destêrro, Seminário.
Santa Luzia.
Mãe dos Homens.
Menino Deus.
Misericórdia.
Senhor dos Passos.
S. Pedro, Clérigos.
N. Senhora do Parto, Recolhimento.
Santa Rita, Freguesia.
Rosário e Sé, Freguesia.
S. Sebastião, Sé Velha.
N. Senhora da Saúde.
Santa Teresa, Convento de Freiras.

CONTRATOS REAIS

CONTRATO DOS DÍZIMOS

Antigamente todos os contratos, e impostos eram estabelecidos nesta cidade pela Câmara, e por ela se fizeram as cobranças e administrações dos mesmos contratos até o ano de 1731, que por ordem de Sua Majestade passou esta administração para a Provedoria da Fazenda Real. Não se descobre documento algum por onde conste os anos em que os ditos contratos tiveram princípio, e dêles qual foi o primeiro que se estabeleceu, porém é sem dúvida, que na éra de 1592 já existiam, porque por ordem de 10 de abril do dito ano mandou Sua Majestade estabelecer nesta cidade a arrecadação e remessa de um por cento para a obra pia, tirado dos contratos dos rendimentos reais desta capitania. L. 12 do Reg. Geral da Provedoria a fls. 134.

No ano de 1640 foi executado o Capitão Clemente Nogueira, pelo contratador Antônio Dias Garcia, para pagar os dízimos, que por ser professo na ordem de Cristo duvidava satisfazê-los.

Administradores:

Antônio dos Santos.
Manuel Caetano Pinto.

CONTRATO DO SAL

No ano de 1658 já existia, porque em carta de 19 de janeiro do dito ano mandou Sua Majestade que se rematasse o dito contrato a Luís de Pina de Caldas, por seis anos.

Administrador e caixa, Luís Antônio Ferreira.
Escriturário e guarda-livros, José Pereira de Araújo.
Caixeiro, José Antônio Pinto da Mota.
Mestre da barca, Antônio de Sousa Resende.

CONTRATO DA PESCA DAS BALEIAS

Já existia em 1681, porque por provisão de 18 de novembro do dito ano mandou Sua Majestade que do rendimento dêste

contrato se pagassem as côngruas do Bispo, e da Sé novamente ereta nesta cidade.

Administrador geral, o Capitão mor, João Marcos Vieira.
Guarda livros, João Antônio de Mira.

Caixeiros:

João Rodrigues da Costa.
Antônio José Pinto.
Manuel dos Santos de Oliveira Pinto.

Vendedores do estanque:

Francisco Manuel de Sousa.
Caetano José Rodrigues.

AULAS RÉGIAS, MÉDICOS, CIRURGIÕES, ORDENS MILITARES

AULAS RÉGIAS

Por ordem de 12 de novembro de 1772, mandou Sua Majestade estabelecer diferentes aulas nesta capital, e em tôdas as vilas subordinadas a ela para instrução da mocidade, e em carta régia datada em 17 de outubro de 1773, dirigida ao Exmo. Marquês do Lavradio (então Vice-Rei dêste estado) a ordem para a arrecadação do Subsídio Literário, com o qual são pagos os mestres que vem nomeados da côrte.

Mestres:

De Filosofia, o Bacharel Agostinho Correia da Silva, serve por êle o Reverendo Luiz Gonçalves dos Santos.

De Retórica, o Bacharel Manuel Inácio da Silva Alvarenga.

De Grego, João Marques Pinto.

De Gramática, o Reverendo Luís Antônio de Sousa.

De Gramática, João Manso Pereira, serve Manuel Felício da Rocha.

De Gramática, Vago.

De primeiras letras, Manuel Inácio Borges.
Manuel Ferreira.

MÉDICOS:

Antônio Francisco Leal.
Estácio Gularte.
José Carlos de Morais.
Manuel Joaquim Marrocos.
Vicente Gomes.
Júlio César Muzzi.
José Aidoado Estruque.
Jacinto José da Silva Medeiros.

CIRURGIÕES APROVADOS:

1 José Joaquim de Almeida.
2 Bernardo José Tavares.
3 Inácio Viegas Tourinho.
4 Luís Alberto do Amaral.
5 Francisco de Sousa.
6 Jacinto Manuel de Sousa.
7 José Vicente da Silva.
8 Elias Correia de Mendonça.
9 Francisco Gomes.
10 Patrício Joaquim de Almeida.
11 João de Almeida.
12 Luís de Santa Ana.
13 José Pastrano.
14 Antônio Rodrigues Lage.
15 José Fidélis.
16 Simão José de Araújo.
17 Eugênio Gonçalves de Almeida.
18 José Gonçalves.
19 Francisco Manuel Ferrão.
20 José Joaquim de Pina.
21 Manuel Dias Serra Cavalheiro.
22 Francisco Mendes Ribeiro.
23 Matias José Pinto Osório.
24 Alexandre José Tavares.

ORDENS MILITARES

Ordem de Cristo

Esta ordem foi instituída em Portugal reinando El-Rei D. Dinis no ano de 1313, depois de extinta a dos Templários, cujas rendas lhe foram aplicadas: tem 21 vilas e lugares e 454 comendas além de todos os dízimos das conquistas que pertencem ao Grão Mestre, dignidade que El-Rei D. João III uniu à coroa, e se não verificou mais desde êsse tempo em nenhum vassalo. O mesmo se deve entender das outras duas ordens, cuja administração e govêrno é igualmente reservado aos Soberanos do Reino de Portugal, que hoje trazem juntamente as insígnias de tôdas as três ordens com fita de três côres, e do mesmo modo o Príncipe do Brasil, como comendador das três ordens militares.

Militares professos:

O Capitão, D. José Pedro da Câmara.

Ministros:

O Chanceler, Luís Beltrão de Gouveia.
O Desembargador, José Soares Barbosa.
O Desembargador, José Antônio Freire.
O Juiz de Órfãos, Francisco Teles Barreto.

Oficiais Milicianos:

Os Coronéis:

Fernando Dias Pais Leme.
Manuel Alves da Fonseca Costa.
Joaquim José Ribeiro.
Bartolomeu José Bahia.
André Alves Pereira Viana.

O Tenentes-Coronéis:

Antônio Nascentes Pinto.
Manuel Ribeiro Guimarães.
Pedro de Carvalho de Morais.

Os Capitães:

Brás Carneiro Leão.
José Caetano Alves.
Antônio Gomes Barroso.
Cláudio José Pereira.
Antônio Leite Pereira.
Joaquim Luís Furtado.
Vicente José de Queirós Coimbra.

Os Tenentes:

Francisco Antônio de Carvalho.
Bento Antônio Pereira.

Oficiais de Ordenança:

Os Sargentos mores:

Anacleto Elias da Fonseca.
José da Mota Pereira.

O Capitão:

Manuel Gomes Cardoso.

Os Capitães:

José Pereira Guimarães.
Luiz José Viana Gurgel do Amaral.
José Antônio Lisboa.
Manuel Martins dos Santos Viana.
Antônio dos Santos.
Joaquim José da Cruz Leitão.

Particulares:

O Dr. Francisco Carneiro Pinto de Almeida.
Manuel Carlos de Abreu Lima.
O Dr. Filipe Cordovil de Sequeira e Melo.

Manuel José Mendes Brandão.
Francisco Pinheiro Guimarães.
Sebastião Leite.
José Antônio Radamaque.

Ordem de S. Bento de Avis

Esta ordem é coeva da fundação da Monarquia, e a mais antiga de tôda a Espanha, mas não principiou a ser conhecida por êste nome, senão desde que os cavaleiros dela por determinação de El-Rei D. Afonso II passaram de Évora a ocupar o Castelo de Avis; teve primeiramente 18 vilas e 49 comendas.

Militares professos:

O Brigadeiro, Gaspar José de Matos Ferreira e Lucena.
O Intendente da Marinha, José Caetano de Lima.

Os Coronéis:

Paulo Martins.
Camilo Maia Tonnelet.

Os Tenentes-Coronéis:

José Tomás Brum.
Joaquim Xavier Curado.

Os Sargentos mores:

José Botelho de Lacerda.
Vicente Ferreira Portugal.
Caetano Pimentel do Vabo.

O Capitão, Antônio José Castrioto.

Ministros:

O Conselheiro, Antônio Dinis da Cruz e Silva.

Ordem de S. Tiago da Espada

Esta ordem começou em Portugal, no reinado de D. Afonso I, e foi separada de Castela por El-Rei D. Dinis em 1290. Tem hoje em Portugal 47 vilas e lugares, e 150 comendas.

Oficiais de Milícias e Ordenanças professos:

Os Capitães:

Manuel Luís Ferreira.
Antônio Correia da Costa.

Particulares:

Pedro Henriques da Cunha.
O Dr. Bernardo Carneiro Pinto.
Jacinto Gomes Leão.
José Pinto da Silva.
Leandro.

Negociantes, lojas, embarcações, importação, engenhos

1 Amaro Velho da Silva e Cia.
2 D. Ana Maria de Sousa e Cia.
3 Antônio Gomes Barroso.
4 Antônio Botelho da Cunha.
5 Antônio dos Santos.
6 Antônio José Lopes de Araújo.
7 Antônio Luís Fernandes.
8 Antônio Correia da Costa.
9 Antônio José da Costa Barbosa.
10 Antônio José Ferreira.
11 Antônio de Sousa Ribeiro.
12 Antônio Teixeira Pinto da Cruz.
13 Bento Antônio Moreira.
14 Bento Leite Bastos.
15 Bernardo Francisco de Brito.
16 Bernardo José Ferreira Rabelo.

17 Bernardo Lourenço Viana.
18 Bernardo Gomes Souto.
19 Brás Carneiro Leão.
20 Custódio Alves Guimarães.
21 Custódio Cardoso Fontes.
22 Custódio Moreira Maia.
23 Custódio Moreira Lírio.
24 Carlos José Moreira.
25 Caetano José de Almeida.
26 Constantino José da Mota.
27 Domingos José Ferreira.
28 Domingos Antônio Pereira.
29 Domingos Alves Ribeiro Guimarães.
30 Diogo de Castro.
31 Elias Antônio Lopes.
32 Filipe da Cunha Vale.
33 Francisco Alves de Brito.
34 Francisco Antônio de Carvalho.
35 Francisco d'Araújo Pereira.
36 Francisco da Cunha Pinheiro.
37 Francisco José Leite Guimarães.
38 Francisco Pinheiro Guimarães.
39 Francisco Xavier Pires.
40 Francisco Antônio da Costa.
41 Francisco Pereira de Mesquita.
42 Fernando de Oliveira Guimarães.
43 José Gonçalves Fontes.
44 João Lopes Batista.
45 Jerônimo Teixeira Lobo.
46 João Alves da Cunha.
47 João Batista Jacobina e Cia.
48 João de Sequeira da Costa.
49 João Francisco da Silva Sousa.
50 João Gomes Barroso.
51 João José Coelho.

52 José Caetano Alves.
53 José Correia de Paiva.
54 José Dias de Castro.
55 José Dias da Cruz e Cia..
56 José Gonçalves dos Santos.
57 José da Mota Pereira.
58 José Pereira Guimarães.
59 José Pereira de Sousa Caldas.
60 José Pinto Dias.
61 João Fernandes Viana.
62 José Rodrigues Fragoso.
63 José da Silva Vieira.
64 Julião Martins da Costa.
65 João Teixeira de Carvalho e Cia..
66 João Francisco Pereira da Fonseca.
67 José da Cunha Barbosa.
68 Joaquim José Pereira do Faro.
69 Joaquim de Sousa Meireles.
70 João Rodrigues Pereira de Almeida.
71 João Gomes Vale.
72 Luiz Antônio Ferreira.
73 Lourenço de Sousa Meireles.
74 Luiz Monteiro da Silva.
75 D. Maria Casimira.
76 Manuel Ferreira Codeço.
77 Manuel Bento Lopes.
78 Manuel Francisco Peixoto.
79 Manuel Gomes Cardoso.
80 Manuel Martins da Costa Passos.
81 Manuel de Oliveira Costa.
82 Manuel Rodrigues Bastos.
83 Manuel de Sousa Meireles.
84 Manuel Mendes Salgado.
85 Manuel Gomes Pinto.
86 Manuel Caetano Pinto.

87 Manuel Francisco Pereira de Sá.
88 Manuel José da Costa Rêgo.
89 Manuel Jorge.
90 Narciso Luiz Alves Pereira.
91 Pantaleão Pereira de Azevedo.
92 Pedro Gomes Carneiro.
93 Pedro Carvalho de Morais.
94 Roque da Costa Franco.
95 Tomás Gonçalves.
96 Vicente José de Araújo Gomes.
97 Vicente José de Queirós Coimbra.

LOJAS DE VAREJO E OFICINAS QUE HÁ NESTA CIDADE

Lojas:

de varêjo	134
de vidros e louça fina	9
de ouro lavrado	18
de prata	41
de ferragens	24
de relojoeiros	10
de alfaiates	85
de sapateiros	135
de funileiros e latoeiros	20
de entalhadores	12
de marceneiros	64
de ferreiros	11
de serralheiros	25
de caldeireiros	7
de segeiros	5
de cabeleireiros	20
de seleiros	34
de seringueiros	17
de correeiros	10
de livreiros	2
de tanoeiros	22
de ferradores	9
de penteeiros	4
de lapidários	19
de formeiros e salteiros	3
de batefolhas	3
de violeiros	4

de tintureiros	15
de pintores	32
de cravadores	20
de torneiros	4
de torneiros de prata	2
de barbeiros	37
de casas de café	40
de pasto	17
Boticas	28
Tavernas	334
Estancos de Tabaco	35

NÚMERO DAS EMBARCAÇÕES QUE ENTRARAM NESTE PÔRTO NO ANO PRÓXIMO PASSADO DE 1798

Portuguêsas:

Nau	1
Fragatas	2
Brigue	1

Navios mercantes:

de Lisboa	33
do Pôrto	16
da Figueira	3
de Viana	3
do Faial	2
de Moçambique	
de Angola	10
de Benguela	12
de Pernambuco	11
da Bahia	19
do Rio Grande de S. Pedro	79
dos Campos Goitacazes	91
da Laguna	12
de Santos	23
de Santa Catarina	16
da Capitania	14
Somando tôdas	346

Estrangeiras:

Inglêsas	8
Suecas	1
Dinamarquesas	2
Espanholas	16

MANTIMENTOS

Entraram nesta cidade, vindos de barra fora no ano próximo passado, além dos que se não podem averiguar vindos de terra firme, e em barcos das roças para as diferentes praias da cidade:

Caixas de açúcar 14.769, com arrobas	714.583
Feixos de dito	946
Caras de dito	138
Pipas de vinho	6.848
Barricas de dito	679
Pipas de aguardente do Reino	987
Barris de dita	51
Pipas de aguardente da terra	3.547
Barricas de dita	17
Barris de dita	83
Pipas de azeite	77
Barris de dito	46
Ancoretas de dito	11
Pipas de vinagre	1.161
Barris de dito	28
Alqueires de arroz em casca	35.945
Sacas de dito descascado	3.600
Alqueires de trigo do Rio Grande	69.313
Ditos de feijão	8.304
Ditos de milho	2.851
Pipas de melaço	14
Barris de dito	27

Cocos de comer	3.220
Arrobas de toucinho	38.432
Ditas de carne do Rio Grande	143.425
Ditas de café	822
Sacos de dito	74
Alqueires de amendoim	489
Arrobas de peixe salgado	42.000
Barricas de bacalhau	438
Barris de manteiga do Reino	230
Queijos	
Arrobas de farinha de trigo	3.012
Ditas de sêbo	3.200
Ancoretas de azeitona	8.029
Ditas de sardinha	2.000
Barris de paios	13
Dúzias de ditos	1.899
Presuntos	——
Barricas de ditos	22
Ditas de salpicões	2
Dúzias de dito	60
Sacos de nozes	8
Rêzes que se mataram no dito ano de 1798	13.572
Arrobas que produziram	98.468
Porcos	187
Carneiros	123
Escravos vindos de Angola	3.609
Ditos de Benguela	3.822
Baleias que se mataram nas diferentes armações	239
Pipas de azeite que produziram	3.292
Quitandas de barbatana	1.012
Couros em cabelo do Rio Grande	170.886
Barras de ouro que se manifestaram na Intendência desta cidade	12.105
que importaram em	1.317:605$410

FÁBRICAS DE AÇÚCAR E AGUARDENTE

Das que existem em cada um dos distritos desta Capitania:

Distritos	*Engenhos de Açúcar*	*Engenhos de Aguardente*
Irajá	32	4
Marapicu	57	11
Ilha Grande	32	55
Parati	7	100
Inhomerim	8	3
S. Gonçalo	36	6
Tapacorá	65	60
Macacu	30	1
Cabo-Frio	25	9
Campos Goitacazes	324	4
Total	616	253

EXPOSTOS DA SANTA CASA, HOSPITAIS DE MISERICÓRDIA E DE EL-REI

ADMINISTRAÇÃO DOS EXPOSTOS NA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

Teve princípio esta administração em 14 de janeiro de 1738 pelo primeiro instituidor Romão de Matos Duarte, e desde o dito ano até o presente tem recebido a Santa Casa

Expostos 3.638

Para a sustentação dêles recebeu a administração para o ano de 1798 .... 8:210$920
Dispendeu .... 6:152$985

Pessoas empregadas nesta administração:

Escrivão, Francisco de Paula Cabral.
Tesoureiro, Manuel José de Sampaio.
Procurador, o Tenente-Coronel Manuel Ribeiro Guimarães.

HOSPITAIS

Hospital d'El-Rei

Número dos doentes que se recolheram e dos que faleceram no mesmo ano:

Doentes	2.720
Falecidos	77

Hospital da Misericórdia

Doentes pobres de ambos os sexos	954
Falecidos	152
Recebeu a Santa Casa para a despesa anual de julho de 1797 até junho de 1798 a quantia de .	28:713$518
Dispendeu	28:552$795

Médicos da Santa Casa:

Dr. Antônio Francisco Leal.
Dr. José Carlos de Morais.
Cirurgião-mor, João Antônio Damasceno.
Dito do Banco, José Antônio Pereira de Godói.
Boticário, Joaquim Custódio.
Capelães da agonia, dois Religiosos de Santo Antônio por alternativa.

FREGUESIAS, NASCIMENTOS, ÓBITOS

Subordinadas a êste bispado

Dentro da capitania	78
Na capitania da Bahia	17
Na capitania de Goiás	11
Na capitania de Mato Grosso	7
Somam	113

Vilas subordinadas a esta capital, 11.

Nascimentos

Pessoas livres nascidas neste ano	1.349
Escravos	781
Total	2.130

Óbitos

Pessoas livres falecidas no dito ano	571
Ditas falecidas no hospital de El-Rei	77
Ditas falecidas no hospital da Misericórdia	152
Enjeitados sepultados na Misericórdia	136
Escravos falecidos	1.360
Total dos mortos	2.296

Cronologia do pessoal que nos diversos tempos compôs o Tribunal do Conselho da Fazenda

(Oferecido ao Instituto Histórico pelo Sr. Conselheiro José Paulo Figueiroa Nabuco de Araújo)

O Tribunal do Conselho da Fazenda foi criado no Brasil pelo Tit. 6 do Alv. de 28 de junho de 1808, e foi extinto em virtude da C. de Lei de 4 de setembro de 1831, tendo contudo funcionado até 20 de maio de 1832. O seu pessoal compôs-se dos seguintes membros, tendo começado o exercício aos 14 de novembro de 1808 e por virtude do Decreto seguinte:

«Sendo necessário, e muito conveniente ao meu Real Serviço, que comece desde já o expediente do Conselho da Fazenda; Sou Servido que tôdas as pessoas que Eu Haja por bem nomear para os empregos, e ofícios da referida Mesa principiem a serví-los sem dependência da Carta, que serão obrigados a apresentar no espaço de dois meses. O mesmo Conselho assim o tenha entendido e faça executar, etc.».

Antes desta leu o presidente já empossado, o de 28 de junho, e passou a dar posse aos Conselheiros togados Luiz Beltrão de Gouveia Sousa e Almeida, e Francisco de Sousa Guerra Araújo Godinho, e aos de capa e espada, D. Diogo de Sousa Coutinho

(depois conde do Rio Pardo), José Egídio Álvares de Almeida (depois Barão, Visconde, e Marquês de S. Amaro), Leonardo Pinheiro de Vasconcelos, sendo escrivão da Mesa, Joaquim José de Sousa Lobato.

O conselheiro togado, Antônio Luís Pereira da Cunha, tomou posse para ter exercício, findo o lugar de Chanceler da Relação da Bahia, aos 13 de janeiro de 1809.

Findo êste lugar, pelo tempo maior de cinco anos exercido, teve exercício até que substituiu o Conselheiro Paulo Fernandes Viana, na Intendência da Polícia, tendo depois passado para o Desembargo do Paço, em que foi aposentado no ano de 1828, tendo sido Visconde, e Marquês de Inhambupe de cima.

Pedro Maria Chaves de Ataíde e Melo, Barão e depois Visconde de Condeixa, tomou posse por procurador do lugar de Conselheiro de capa e espada aos 15 de abril, e teve exercício aos 30 de agôsto de 1809.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro, depois Visconde e Marquês da Praia Grande, teve posse por procurador do lugar de Conselheiro de capa e espada aos 5 de maio de 1809.

O Escrivão da Mesa, Joaquim José de Sousa Lobato, continuando no mesmo exercício, passou a Conselheiro de capa e espada tendo exercício aos 21 de maio de 1810.

Diogo de Toledo Lara Ordenhas, teve como Conselheiro togado exercício aos 28 de maio de 1810.

Antônio de Saldanha da Gama o teve como de capa e espada a 17 de setembro de 1810.

D. Manuel Francisco Zacarias de Portugal e Castro, como de capa e espada, o teve a 17 de julho de 1811.

Antônio Gomes Pereira da Silva como Chanceler da Relação de Goa teve posse por procurador como togado a 23 de agôsto de 1811.

Antônio José da Franca e Horta, como de caça e espada, teve exercício a 17 de janeiro de 1812.

Como togado o teve Francisco Lopes da Silva Faria Lemos a 22 de junho de 1812.

Como togado e para exercer na volta de Goa como Chanceler, teve Manuel José Gomes Loureiro posse a 14 de dezembro de 1812.

Como de capa e espada, tomou D. Manuel de Portugal como procurador do Conde de Palma, depois Marquês de S. João da Palma, posse a 18 de janeiro de 1813.

Como de capa e espada, e por procurador a teve João Carlos Augusto de Oyenhausen, depois Visconde e Marquês de Aracati, a 11 de janeiro de 1815.

Como togado teve Francisco Batista Rodrigues exercício a 1 de fevereiro de 1815.

Idem, Antônio Saraiva de S. Paio Coutinho a 10 de fevereiro de 1815.

Como de capa e espada, Luís Barba Alardo de Meneses, teve exercício a 25 de setembro de 1816.

Como togado Luís Tomás Navarro de Andrade, teve exercício a 9 de março de 1818.

De capa e espada, e por procurador teve o Conde de Parati posse a 11 de março de 1818.

Como togado, Francisco Xavier da Silva Cabral, teve exercício a 11 de março de 1818.

Como de capa e espada, teve D. Antônio Coutinho de Lencastre exercício a 21 de julho de 1819.

Idem, D. João Carlos de Sousa Coutinho, a 6 de abril de 1821.

Conde da Lousã D. Diogo, como Presidente, id., id., id..

Entrou como escrivão serventuário, Joaquim José de Magalhães Coutinho a 9 de abril de 1821.

Idem, como escrivão serventuário na Mesa do Registro Geral das Mercês, João Maria da Gama Freitas Berquó, depois Barão, Visconde e Marquês de Cantagalo, a 4 de maio de 1821.

Manuel Jacinto Nogueira da Gama, depois Visconde e Marquês de Baependi, exerceu como de capa e espada, a 11 de maio de 1821.

Como togado teve José Fortunato de Brito Abreu Sousa Meneses exercício a 18 de maio de 1821.

Como de capa e espada, José Joaquim Carneiro de Campos, depois Visconde e Marquês de Caravelas, teve exercício a 27 de junho de 1821.

Como de capa e espada, teve João Vieira de Carvalho, depois Barão, Conde e Marquês de Lajes, exercício a 19 de dezembro de 1823.

Como escrivão da Mesa o teve João Sabino de Melo Bulhões de Lacerda Castelo Branco, a 4 de julho de 1825.

Como de capa e espada, o teve João Prestes de Melo, a 14 de julho de 1826.

Como togado, Agostinho Petra de Bittencourt, teve exercício a 12 de março de 1827.

A 19 de outubro de 1828, passou ao Supremo Tribunal de Justiça.

Como togado o teve João José da Veiga a 30 de março de 1827.

Como togado, Luís Joaquim Duque-Estrada Furtado de Mendonça o teve a 14 de dezembro de 1827.

Tanto êste como o antecedente passaram a 19 de outubro de 1828 para o Supremo Tribunal de Justiça.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois Visconde e Marquês de Abrantes, teve posse da Presidência a 19 de dezembro de 1827.

Manuel José de Sousa França, como escrivão supranumerário â teve a 14 de março de 1828.

Como de capa e espada, João da Rocha Pinto, teve a 10 de outubro de 1828.

Idem, José Caetano de Andrade Pinto, a 10 de novembro de 1828.

Idem, João Sabino de Melo Bulhões de Lacerda Castelo Branco, o teve a 10 de novembro de 1828.

Manuel José de Sousa França, como escrivão ordinário com voto o teve a 19 de novembro de 1828.

Como escrivão supranumerário Manuel do Nascimento Monteiro, teve exercício a 3 de dezembro de 1828.

Como Conselheiro de capa e espada, Luís Moutinho Lima Álvares da Silva, o teve a 9 de outubro de 1829.

Idem, Ernesto Frederico de Verna Magalhães Coutinho, o teve a 18 de dezembro de 1829.

Idem, João Antônio Pereira da Cunha, a 7 de maio de 1830.

Idem, por procurador João José Lopes Mendes Ribeiro teve posse a 14 de maio de 1830.

Quadro das fôrças de mar e terra existentes nas capitanias do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande, Minas Gerais e na Praça da Colônia, disponíveis para a defesa da Fronteira do Sul em 1776

(Manuscrito oferecido ao Instituto pelo Sr. Libânio Augusto da Cunha Matos)

FÔRÇAS DE TERRA

No Rio de Janeiro, como consta da Relação nº 1, tropas pagas e auxiliares	11.270
Em Santa Catarina, como consta da Relação nº 2	3.004
No Rio Grande, como consta da Relação nº 3, efetivas, 5.691; que poderão chegar a ..	6.717
Na Colônia, como consta da Relação nº 4	699
Fôrças de terra, pagas e auxiliares	21.690

FÔRÇAS DE MAR

Em Santa Catarina, três nàus e duas fragatas como consta da Relação nº 2	5
No Rio Grande, três fragatinhas, duas corvetas, quatro sumacas e três bergantins, por todos doze, como consta da Relação nº 3	12
Na Colônia, uma fragata, duas corvetas e um hiate, por todos	4
Embarcações de guerra grandes e pequenas ...	21

RELAÇÃO Nº 1

Fôrças com que se achava o Marquês de Lavradio no Rio de Janeiro, e com que pode ser socorrido de Minas Gerais:
Tropas pagas no Rio de Janeiro:

	Efetivas	
Uma das duas companhias de cavalaria da guarda do Vice-Rei	60	
Primeiro regimento do Pôrto	734	
Primeiro regimento da Bahia	668	
Segundo regimento da Bahia	678	
Segundo regimento do Rio de Janeiro	762	
Artilharia	709	
Tropas pagas		3.611
Auxiliares tão bem exercitados como a tropa paga:		
Primeiro têrço, do Rio de Janeiro, de que é Mestre de Campo o Vice-Rei	726	
Segundo têrço, de que é Mestre de Campo o Tenente General Bohn	718	
Terceiro têrço, de que é Mestre de Campo Pedro Dias	719	
Auxiliares		2.163
Tropas pagas e auxiliares		5.774

Há mais um têrço de homens pardos, muito mais forte que os precedentes, e igualmente bem disciplinado; além de outros de que o Marquês de Lavradio faz menção, mas ainda não mandou relações circunstanciadas dêles.

Tropas pagas e auxiliares de Minas Gerais, que se acham prontas a passarem ao Rio de Janeiro, logo que forem requeridas pelo Marquês do Lavradio:

Pagas:

Um Regimento de Cavalaria, de que é Coronel o Governador e Capitão-General, D. Antônio de Noronha, com praças		474
Auxiliares de Cavalaria da Comarca de Vila-Rica		
Primeiro Regimento, de que é Coronel, Afonso Dias Pereira, com praças	317	
Segundo Regimento, de que é Coronel, João de Sousa Lisboa, com praças	317	
Da Cidade de Mariana		
Primeiro regimento, de que o Coronel, Antônio Gonçalves Tôrres, com praças	317	
Segundo Regimento, de que é Coronel, Francisco Ferreira dos Santos, com praças	317	
Comarca do Rio das Mortes		
Primeiro Regimento, de que é Coronel José Ferreira Vila-Nova, com praças	317	
Segundo Regimento, de que é Coronel, Francisco de Mendonça, com praças	317	
Cavalaria auxiliar		1.902
Cavalaria paga e auxiliar		2.376
Auxiliares de pé, e companhias francas na		
Comarca de Vila-Rica:		
Um têrço de homens pardos, de que é Mestre de Campo, Francisco Alexandrino, composto de treze companhias, e praças	780	

Dez companhias francas de homens pardos de sessenta praças cada uma	600	
Sete companhias francas de homens pretos, de sessenta praças cada uma	420	

Comarca do Rio das Mortes

Dez companhias francas de homens pardos da Vila de S. João d'El-Rei, de sessenta praças cada uma	600	
Seis companhias francas de homens pardos da Vila de S. José, de sessenta praças cada uma	360	
Seis companhias francas de homens pretos das Vilas de S. João d'El-Rei, e de S. José, de sessenta praças cada uma	360	
Auxiliares de pé		3.120
Tropa paga e auxiliares de cavalo, e de pé, prontos		5.496

RESUMO:

Tropa paga e auxiliares do Rio de Janeiro, prontos	5.774
Tropa paga e auxiliares de Minas Gerais, pronta a marchar	5.496
Tôdas	11.270

Esta capitania necessita:

Para a tropa paga dela, armas completas	2.000
Para se venderem aos auxiliares do Rio de Janeiro e Minas Gerais, ou se emprestarem aos que não tiverem meios de as comprar, armas completas	4.000
Pólvora, arrobas	4.000

Abarracamento para os cinco Regimentos de tropa paga; e para o de cavalaria de Minas Gerais		——
Para o mesmo Regimento de Cavalaria, clavinas		424
Pistolas		424
Espadas		424

RELAÇÃO Nº 2

Fôrças de terra e de mar com que se acha o Marechal de Campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça, para defesa da Ilha de Santa Catarina:

Fôrças de terra

Um Regimento de Infantaria da guarnição da mesma Ilha, com praças	773	
Um Regimento da Capitania de Pernambuco com praças	779	
Tropa paga		1.552
Dois têrços de auxiliares pertencentes à mesma Ilha, cada um de praças 726, ambos		1.452
Um destacamento de artilharia, de que se não diz a fôrça		——
Infantaria e auxiliares		3.004

Fôrças de mar:

Nau Santo Antônio, com praças efetivas	476
Nau Ajuda	479
Nau Belém	434
Fragata Príncipe do Brasil	235
Fragatinha de Pernambuco	50
Tôdas as praças efetivas	1.674

Artilharia desta esquadra dos calibres de 24, 18, 12, 8 e 4 peças	330

RELAÇÃO Nº 3

Fôrças de terra, e de mar com que se acha o Tenente-General João Henrique de Bohm no Rio Pardo e Rio Grande de S. Pedro:

	Tropa efetiva
Fôrças de terra:	
Uma das duas companhias da guarda do Vice-Rei	60
O Regimento de Moura	679
O Regimento de Estremoz	627
O Regimento de Bragança	661
O Primeiro Regimento do Rio de Janeiro	791
O Regimento de Dragões do Rio Grande	380
Um destacamento de artilharia do Rio de Janeiro	115
Uma companhia de infantaria de Santa Catarina	57
Quatro companhias novas no Rio Grande	305
Quatro companhias de tropa ligeira de infantaria e cavalaria do Rio Grande	192
	3.867
Transporte	3.867
O Regimento de Infantaria de S. Paulo que no fim do ano próximo precedente de 1775 já tinha embarcado no pôrto de Santos para o Rio Pardo, composto o dito Regimento de Praças	813
A legião de voluntários Reais de S. Paulo, que no fim do mesmo ano próximo precedente tinha marchado para Viamão e Rio Pardo, composta a dita legião de seis companhias de infantaria, com seiscentas e nove praças, e de quatro companhias de cavalaria com quatrocentas e três praças; fazendo tôdas	1.012

Fôrças de terra efetivas, no Rio Pardo e Rio Grande		5.092
Deve-se observar em primeiro lugar: que nesta conta não entra um Regimento de Cavalaria Auxiliar por se não saber o estado efetivo do dito Regimento. A lotação porém dêle é de praças	500	
Deve-se observar, em segundo lugar, que para se completarem os Regimentos de Moura, Estremoz, Bragança, e primeiro do Rio de Janeiro, lhes faltavam quinhentos e vinte e seis praças, as quais se devem preencher com os recrutas que se mandam das Ilhas dos Açores, e estas com as do Regimento de Cavalaria Auxiliar, acima indicado, no caso de estar também completo, farão montar as fôrças de terra do Rio Pardo e Rio Grande em combatentes	6.717	

Fôrças de Mar:

Existem no Rio Grande as embarcações seguintes:

Graça, contendo corpo de marinha, infantaria e marinhagem		245
Glória, idem, idem, ...		115
Vitória		90
Belona		96
Invencível		108
Penha	74	
Sacramento	61	
Belém	72	
Nossa Senhora do Monte	70	
Bragantino	60	
S. José	59	
Bom Sucesso	34	
	1.084	

RELAÇÃO Nº 4

Guarnição com que se acha na Praça da Colônia o Governador dela, Francisco José da Rocha:

	Efetivos
O Regimento da Colônia com praças	542
Uma Companhia de Artilharia da mesma Colônia	91
Uma Companhia de Artilharia de Lagos	66
Tôda a guarnição, praças	699

Além da dita tropa, todos os habitantes da Praça em caso de sítio, servem como ela, e até as mesmas mulheres animam os maridos e os filhos, com incrível constância, a se defenderem.

No pôrto da mesma Colônia se acham as embarcações seguintes:

A fragata *Nazaré*, com praças	265
A corveta *Glória*	43
A corveta *Conceição*	53
O hiate *Conceição*	23
Tôdas as praças efetivas	384
A artilharia destas embarcações dos calibres de 12, 6, 3 e 1, são, peças	80